



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

TEYLOU BARROS MORAES

AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS
MARANHENSES DURANTE O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

São Luís

2025



TEYLOU BARROS MORAES

**AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS
MARANHENSES DURANTE O PRIMEIRO REINADO (1822-1831).**

Monografia apresentada ao curso de História,
do Centro de Educação, Ciências Exatas e
Naturais – CECEN, da Universidade Estadual
do Maranhão, como parte dos requisitos
necessários para obtenção do grau em
Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Romário Sampaio
Basílio

**São Luís
2025**

Moraes, Teylou Barros.

As comemorações da Independência do Brasil nos jornais maranhenses durante o Primeiro Reinado (1822-1831) / Teylou Barros Moraes. – São Luís, 2025.

57 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio.

1. Comemorações. 2. Independência. 3. Imprensa. 4. Maranhão. I. Título.

CDU 94(81)“1822/1983”:070

TEYLOU BARROS MORAES

**AS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS
MARANHENSES DURANTE O PRIMEIRO REINADO (1822-1831).**

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ROMÁRIO SAMPAIO BASÍLIO**
Data: 06/01/2026 17:15:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Romário Sampaio Basílio (Orientador)
Doutor em História
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO CHECHE GALVES**
Data: 06/01/2026 18:34:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Cheche Galves
1º avaliador(a)
Doutor em História
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente
 **RAÍSSA GABRIELLE VIEIRA CIRINO**
Data: 07/01/2026 14:25:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raíssa Gabrielle Vieira Cirino
2º avaliador(a)
Doutora em História
Colégio Universitário (UFMA) - COLUN/UFMA

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de incorporação do Maranhão ao Império brasileiro e a construção de uma memória nacional através das comemorações públicas nos seus primeiros anos. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, fundamentada na análise documental de jornais que circularam na capital da província entre 1823 e 1831, *O Amigo do Homem* (1825), *A Bandurra* (1828), *Minerva* (1827) e *O Farol Maranhense* (1827), com o intuito de examinar como as datas comemorativas eram apresentadas pela imprensa no período. O Maranhão aderiu ao Império no dia 28 de julho de 1823. Contudo, foi apenas em 1826 que se observou uma movimentação significativa para celebrar a independência, sobretudo a 12 de outubro, data relevante por assinalar o aniversário e a aclamação do imperador. O 7 de setembro, por sua vez, foi objeto de intenso debate político nos primeiros anos, sendo considerado por alguns como o marco fundador do Império e por outros como uma data de menor relevância face ao 12 de outubro. Desta forma, o trabalho estrutura-se em três partes. Primeiramente, analisa-se o processo de independência do Brasil e a adesão do Maranhão ao Império. Em segundo lugar, examina-se o surgimento e a organização da imprensa no país. Por fim, investiga-se a utilização das comemorações cívicas na construção de uma identidade local, através das datas que simbolizam o momento de emancipação política para os grupos “portugueses” e “brasileiros”.

Palavras-chave: Comemorações; Independência; Imprensa; Maranhão.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el proceso de incorporación de Maranhão al Imperio brasileño y la construcción de una memoria nacional a través de las celebraciones públicas en sus primeros años. El enfoque metodológico adoptado es cualitativo, basado en el análisis documental de periódicos que circularon en la capital de la provincia entre 1823 y 1831, *O Amigo do Homem* (1825), *A Bandurra* (1828), *Minerva* (1827) y *O Farol Maranhense* (1827), con el propósito de examinar cómo las fechas conmemorativas eran presentadas por la prensa en el período. Maranhão se adhirió al Imperio el 28 de julio de 1823. Sin embargo, fue apenas en 1826 cuando se observó un movimiento significativo para celebrar la independencia, sobre todo el 12 de octubre, fecha relevante por marcar el aniversario y la aclamación del emperador. El 7 de septiembre, a su vez, fue objeto de intenso debate político en los primeros años, siendo considerado por algunos como el hito fundador del Imperio y por otros como una

fecha de menor relevancia ante al 12 de octubre. De esta manera, el trabajo se estructura en tres partes. En primer lugar, se analiza el proceso de independencia de Brasil y la adhesión de Maranhão al Imperio. En segundo lugar, se examina el surgimiento y la organización de la prensa en el país. Por último, se investiga la utilización de las celebraciones cívicas en la construcción de una identidad local, a través de las fechas que simbolizan el momento de emancipación política para los grupos “portugueses” y “brasileños”.

Palabras clave: Celebraciones; Independencia; Prensa; Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. FACES DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA	11
A independência na Capital do Império	13
As independências do Brasil: da capital para as províncias	19
CAPÍTULO 2. A IMPRENSA NO MARANHÃO EM TEMPOS DE REORGANIZAÇÃO POLÍTICA	26
A imprensa enquanto formadora da opinião pública	28
A imprensa maranhense no pós-independência	31
CAPÍTULO 03. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA: AS COMEMORAÇÕES NOS JORNAIS LUDOVICENSES NO PRIMEIRO REINADO.	34
As comemorações na capital do Império	34
As disputas pela memória na província do Maranhão	39
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de uma pesquisa vinculada ao projeto “História, historiografia e memória: comemorações da Independência na imprensa do Maranhão e Piauí (1824-1841)”, coordenado e orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como bolsista de iniciação científica do referido projeto, desenvolvi o plano de “Comemorações da Independência do Brasil nos jornais maranhenses do Primeiro Reinado (1823-1831)” em 2023 e 2024. A partir dessa pesquisa, o contato com a bibliografia e com a documentação deram base para o projeto monográfico que foi aprovado e é aqui apresentado.

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da imprensa ludovicense no grande embate político do pós-independência, observando a utilização das datas comemorativas como ferramenta para a criação de um passado comum na sociedade maranhense, através das festas realizadas durante o governo do imperador D. Pedro I. Especificamente, visa observar as disputas entre a imprensa “portuguesa” e “brasileira” em torno da figura do imperador e dos seus feitos, na cidade de São Luís, bem como as narrativas construídas pelos redatores acerca do processo de “adesão” do Maranhão à independência.

O problema central que norteia esta pesquisa consiste em entender os percursos e a utilização das datas durante um período de rearticulação política e instauração de uma nova conjuntura. Mais concretamente, procura-se compreender a não utilização do 28 de julho nos primeiros anos da imprensa no Maranhão (1825-1827), em contraste com o uso sistemático do 12 de outubro como momento simbólico da emancipação nacional e, por extensão, da província. Assim, coloca-se a questão: por que razão não foi mencionado o 28 de julho nos primeiros anos da independência no Maranhão, se esta data marca o início do Império de D. Pedro I na província?

Para este fim, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “Fases da Independência Brasileira”, aborda o contexto que antecede a independência do Brasil, desde a chegada da Corte portuguesa em 1808, analisando os fatores que influenciaram a transferência da metrópole para a colônia. Analisa ainda a relação entre os políticos portugueses e brasileiros no contexto da Revolução do Porto (1821) e a influência deste movimento na capital e nas províncias do Norte.

O segundo capítulo, intitulado “Imprensa no Maranhão em tempos de reorganização política”, aborda a instauração da Imprensa Régia no Brasil, com a primeira tipografia na

capital, Rio de Janeiro, bem como o processo de modernização da capital e dos meios de comunicação da época. Analisa ainda a instalação de tipografias nas províncias do Norte e o surgimento dos primeiros periódicos. No caso específico do Maranhão, o capítulo aborda o período de tensões políticas, influenciado pela ameaça revolucionária ao governo de Pinto da Fonseca, o início da imprensa periódica com a circulação do jornal *O Conciliador do Maranhão* e, por fim, os momentos que antecederam a “adesão” à independência e o processo de reorganização política entre 1823 e 1825.

O terceiro capítulo, intitulado “A Construção da Identidade Brasileira: as Comemorações nos Jornais Ludovicenses no Primeiro Reinado”, trata das particularidades do processo de independência no Maranhão, com a participação de vários grupos sociais contra as tropas portuguesas. Aborda os momentos de reorganização política sob o governo de Pedro José da Costa Barros a partir de 1825, que possibilitaram a reintegração dos que haviam sido expulsos na “adesão”; o início da chamada “imprensa portuguesa” e os seus embates com a elite “brasileira”; e a discussão em torno da formação da “memória nacional”, analisando a utilização das comemorações de datas específicas para criar um sentimento comum.

A abordagem metodológica que norteou o trabalho é qualitativa e quantitativa, envolvendo pesquisa documental. Para tal, foram utilizadas edições de jornais que circularam na capital da província do Maranhão entre 1823 e 1831, caracterizados como imprensa “portuguesa” (*O Amigo do Homem, Argos da Lei, Censor Maranhense, A Bandurra e Minerva*) e imprensa “brasileira”, tendo como principal título *O Farol Maranhense*. Outra fonte documental consiste no folheto que retrata a festa organizada pelo presidente Pedro José da Costa Barros para celebrar o aniversário natalício, a aclamação do imperador e o reconhecimento da legitimidade do Império brasileiro por Portugal, intitulado *A Fidelidade Maranhense*. Estas fontes foram localizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e numa base de dados do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO/UEMA).

Por fim, apresento no final deste trabalho conclusões que sistematizam os dados da pesquisa, bem como algumas hipóteses de trabalho. Estas incluem pensar de que forma os percursos das comemorações, presentes na documentação do século XIX, abrem campos de investigação para entender como a elite, através dos jornais, organizava as festividades e os discursos em torno de datas e figuras importantes. Inclui também refletir sobre percursos de comemoração paralelos aos da elite: de que forma a população pobre e marginalizada fez parte desses momentos? Quais foram os seus percursos e as suas formas de celebração nesses períodos de grande comoção pública? Desta forma, a pesquisa abre espaço para pensar os

marginalizados neste período, por exemplo através de documentos policiais, que possibilitam estudar os “de baixo” na história do Maranhão imperial.

CAPÍTULO 1. FACES DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

A independência brasileira é um tema visitado e revisitado durante todo o percurso da formação da nação. Há uma vasta produção de obras que a abordam, percorrendo todo o século XIX e o século XX. Desde os primeiros momentos em que o Brasil se tornou independente, houve, e ainda há, a necessidade de refletir sobre esse processo extremamente importante para a formação da identidade nacional. Esse tema não está relacionado apenas a uma disputa nacionalista entre “brasileiros” e “portugueses”, a um acordo pacífico entre as elites, e a lutas em torno de figuras e vontades individuais. No entanto, podemos observar que o processo da independência está envolto em várias questões que possibilitam a quebra desse olhar conservador acerca da independência, como relata Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira: “como um acontecimento memorável, glorioso e de edificante lembrança, seja como uma grande comédia a ser ridicularizada, a independência preservar tais características, quase nunca endossadas pelas melhores reavaliações historiográficas acerca do tema” (Oliveira, 2022, p. 2).

Desta forma, revisitar a independência brasileira, na vasta historiografia acerca do tema, é importante para entender as narrativas construídas sobre ela durante esses mais de 200 anos de independência do Brasil. Para isso, esse capítulo faz um breve apanhado dos principais fatos e eventos que pavimentaram o caminho da independência política do Brasil, a partir de uma bibliografia secundária de referência.

Segundo Jurandir Malerba (2006), no que se refere ao entendimento sobre esse processo de independência, tanto com relação ao que o motivou quanto aos grupos que dele participaram, temos diversas interpretações acerca do tema. O autor afirma que não há unanimidade quanto a ter ou não havido algum projeto “nacional” fundamentando o movimento no território brasileiro, ou até mesmo algum tipo de unidade na América de colonização portuguesa na época da independência. O autor ainda cita que essas diferentes interpretações acabam gerando diversas periodizações, que variam conforme as diferentes linhas interpretativas. Em torno desta questão, um dos exemplos citados pelo autor é a chegada da família real ao Rio de Janeiro como um momento que teria adiado ou iniciado o processo de independência. Outra questão-problema apresentada está na relação entre os eventos que ocorreram a partir de 1822 e os movimentos insurrecionais do final do século XVIII, como a Inconfidência Mineira, por exemplo (Malerba, 2006, p.19-20).

Assim, Malerba traz uma série de debates relacionados ao processo de construção da sociedade brasileira, visitando os pontos de ruptura e de continuidade dentro das abordagens

que formam essa historiografia da independência. Outro exemplo interessante está no “caráter” da independência, se conservador, reformista ou revolucionário, abrindo a discussão sobre os agentes e as intenções que permeiam todo esse processo.

Segundo João Paulo Pimenta (2009), durante o século XIX, a produção escrita de uma História nacional brasileira, baseada em preceitos pseudocientíficos e de corte utilitário político e ideológico, foi sustentada pela perspectiva de que a independência fora positiva porque estava assentada na continuidade da dinastia de Bragança e na liderança pessoal de Pedro I. Assim, o autor traz como principal representante dessa produção Francisco Adolfo de Varnhagen, que articulou perfeitamente a ideia em sua obra *História da Independência do Brasil*, escrita em 1874. Além dessa, outra produção que se tornou um grande marco desse pensamento no período é a *História Geral do Brasil*, publicada a partir de 1854. Ambas, dentro da perspectiva de uma história nacional, foram publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 (Pimenta, 2009, p. 10-11)

A partir da década de 1930, com a renovação intelectual brasileira, o processo de independência passa a ganhar novos olhares, tornando-se um projeto revolucionário que surgiria a partir de movimentos emancipatórios, como Pimenta mostra nas obras de Caio Prado Júnior,

O termo *revolução* viria a ser recuperado positivamente nos estudos sobre a Independência com a grande renovação intelectual brasileira dos anos de 1930. Um de seus mais dignos representantes é Caio Prado Júnior, autor de *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), dentre outras importantes obras. Na primeira delas, a Independência é vista como uma revolução - isto é, um movimento profundo, entre renovador - ainda que muitas vezes referida pela palavra “emancipação”. Tomada sob a ótica marxista da luta de classes, a Independência teria oposto interesses “portugueses” e “brasileiros”, desdobrando-se aproximadamente 1850, quando só então estes últimos teriam se consolidado, com rejeição partilhada pelas classes dominantes das forças populares durante o Período Regencial teriam ameaçado a ordem e estabilidade interna (Pimenta, 2009, p. 11).

A revolução ou não revolução tornou-se, juntamente com outras questões, um importante desafio a ser enfrentado pelos historiadores das décadas de 1960 e 1970, ao se depararem com o passado em um momento extremamente difícil da história brasileira: o regime militar. Durante esse período (1960-1970), ergueu-se no Brasil um grande movimento de profissionalização da pesquisa histórica nas universidades, com a ampliação dos programas de pós-graduação, financiamento público e a formação de grupos de investigação compartilhada.

A independência na capital do Império

A independência brasileira, concretizada em 1822, teve seu processo iniciado a partir da transferência da corte portuguesa para o território americano, em 1808. O Brasil, nesse momento, ainda mantinha a condição de colônia, servindo essencialmente como uma terra de exploração para a economia de Portugal.

A realidade brasileira, sobretudo na província do Rio de Janeiro, que se tornaria a capital do Império, passa a ganhar novos rumos e condições a partir da transferência da corte para o território, decorrente do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte e da ameaça de invasão a Portugal. Ou, como pontua Maria de Lourdes Lyra, justifica-se a construção do império, atrelada ao projeto político reformista já em curso desde o final do século XVIII (Lyra, 2012, p. 9).

Durante o século XVIII, as colônias americanas passaram por grandes transformações, impulsionadas pelas revoluções Americana (1775) e Francesa (1789), que disseminaram os ideais do liberalismo pelas colônias da Espanha e de Portugal. Segundo Lyra, os ideais de igualdade e liberdade entre os homens em sociedade e, conseqüentemente, a reivindicação do direito de todos à representação política, acabaram por preocupar os monarcas europeus, uma vez que, para eles, o poder político deveria estar de forma absoluta em suas mãos (Lyra, 2012, p. 9).

Nesse contexto, com o objetivo de frear esses ideais liberais, muitos monarcas europeus passaram a adotar ações que possibilitaram a organização da máquina administrativa do Estado, como a reformulação de regimes antigos, ampliando as bases sociais de sustentação do poder real estabelecido, como a implementação de uma política reformista. Conhecido como “reformismo ilustrado”, esse novo regime político tinha como meta fortalecer o Estado monárquico absolutista, com base no “sacrossanto princípio da unidade” luso-brasileira, tornando-se a base para a formação de um império poderoso, que ligava o Novo Mundo ao Velho Mundo (Lyra, 1994). Os principais ministros ilustrados que trouxeram essa forma de administração para o território foram: o Marquês de Pombal (1750-1777), antes da Revolução Francesa (1789), e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1812), a partir do período joanino (1792-1812). Ainda, esse ideal reformista teve como apoiadores intelectuais que nasceram no Brasil.

Diante desses aspectos, é possível perceber que a vinda da corte portuguesa para o território brasileiro não está relacionada exclusivamente às guerras que ocorriam na Europa e à

iminente invasão do exército napoleônico a Portugal. Lyra (2012) defende que, desde o século XVI, “sempre que se pensou no quanto era pequeno e frágil o Reino de Portugal, quando comparado à grandeza das terras de sua colônia na América, a hipótese de mudança da corte para o Brasil foi inventada como forma de fortalecimento da monarquia” (Lyra, 2012, p. 10).

Desta forma, o Brasil sempre esteve nos planos da Coroa portuguesa como uma terra possível para ser a “capital” do Império. Esse sistema reformista torna-se importante para estabelecer relações entre comerciantes portugueses e brasileiros, visto que a economia brasileira só cresce nesse início do século XIX. Assim, a vinda da corte para o território está vinculada à estratégia política do reformismo ilustrado, pois tendia a resguardar a monarquia portuguesa das grandes manifestações revolucionárias que ocorriam na América, como no caso da América espanhola. Além da estratégia contra as correntes revolucionárias, Portugal passaria a ser considerado um grande reino com a união “luso-brasileira”, já que a colônia brasileira tinha grande potencial para se tornar uma potência mundial no que diz respeito ao poder econômico.

A transferência da sede da monarquia para o Brasil provocou mudanças na política interna e externa e na relação com a comunidade internacional. No que diz respeito às relações internacionais, no contexto da América do Sul, a política externa de Portugal passou a ser decidida a partir da colônia, com a instalação do Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros no Rio de Janeiro. Com o incentivo da Inglaterra, a Coroa concentrou a sua atenção na região do Prata, na Banda Oriental, atual Uruguai, uma região marcada por choques entre portugueses e espanhóis desde o século XVII.

Nesse momento de reorganização política do Império português em solo americano, a dinâmica administrativa da colônia mudou completamente para o Rio de Janeiro, que seria agora a capital do Império. Com esse processo, a fisionomia da cidade e os espaços começam a mudar. Nesse momento a província passa a receber um aspecto da vida cultural, com a instalação da Imprensa Régia e a circulação dos primeiros jornais (Neves, 2011), além de um circuito de comemorações e festas com a nova dinâmica pela presença da corte.

Desta forma, é possível perceber que a estratégia de mudança da corte para o Brasil possibilitou o desenvolvimento do Rio de Janeiro, gerando apreço, principalmente, nas elites locais. Vale ressaltar que esse momento se trata de uma reorganização do Novo Mundo com o Velho Mundo. É um momento de grandes transformações no mundo, como o fim do Império Napoleônico (1815), a criação de novos países, a adoção de governos republicanos na América e a reorganização dos Estados europeus. As colônias inglesas e espanholas tornaram-se

politicamente independentes por meio de guerras sangrentas que ocorreram no processo. Dessa forma, o governo português tenta frear possíveis manifestações, como as que ocorreram com os colonos vizinhos.

Com todos esses novos empreendimentos na capital do Império, os gastos aumentaram e tornaram-se necessárias mais rendas. Para sustentar a corte portuguesa, o Estado precisava de mais recursos; assim, essa arrecadação acabou por recair sobre as outras províncias, com o aumento dos impostos. Em 1817, é instaurado um movimento revolucionário na província de Pernambuco, que tinha como objetivo acabar com o sistema absolutista. Importa salientar que os movimentos republicanos já atuavam de forma latente na América do Norte, com os ideais de liberdade e igualdade de direitos; conseqüentemente, surge um sentimento antilusitano, que estará presente no processo de independência das províncias, principalmente as do norte e nordeste.

A Revolução de 1817 representou a entrada de um novo ideal político, baseado nos princípios da liberdade do homem e da representação política do cidadão, indo na direção oposta aos princípios da política reformista, que visava ao fortalecimento do poder absoluto do monarca. Tanto nas províncias do “Norte” do Brasil quanto em Portugal, os “revoltosos” foram tratados de forma violenta pelos militares. Sobre as penas aplicadas aos líderes da revolução no Brasil, Lyra (2012) apresenta como consequência a morte de forma violenta em praça pública, onde “as cabeças e as mãos foram decepadas e espetadas em mastros espalhados pela cidade e demais municípios, e os corpos foram arrastados por cavalos até o cemitério”. A província de Pernambuco, como punição, perdeu uma parte importante do seu território por conta do volume expressivo na produção de açúcar, sendo a comarca de Alagoas, então, transformada em província (Lyra, 2012, p.14). Logo depois ocorria um movimento revolucionário em Portugal (1820), com o propósito de convocar Cortes Gerais para a escolha de um rei constitucional.

Com o objetivo de demonstrar hostilidade a possíveis revoltosos no futuro, o governo imperial estabeleceu essas penas aos líderes do movimento naquela província. Porém, a “revolução” em Pernambuco acabou por incitar, nas outras províncias do Norte, o descontentamento com o governo português em várias camadas sociais. Para as camadas pobres das cidades, surge um sentimento antilusitano, baseado nos ideais de igualdade e no anseio pela independência, um sentimento que estará presente no processo de adesão da província do Maranhão em 1823.

Mesmo agindo de forma violenta e envergonhando os líderes da Revolução de 1817, os “agitadores”, que estavam insatisfeitos com o poder absolutista do rei e em buscavam um

governo constitucional, viram as Cortes, em Lisboa, problematizar a forma como o poder imperial estava organizado, visando à sua manutenção. As Cortes de Lisboa solicitaram a representação de deputados vindos das colônias, a fim de repensar as redes de poder entre Brasil e Portugal. Souza (1999) apresenta um dos personagens da trama, o jurista Pereira do Carmo, que temia uma possível revolução no Brasil em favor do rompimento da unidade do Império. Por isso, ele via a necessidade de convocar os deputados do Brasil, a fim de estreitar os laços, renegociar a importância de cada uma das partes e as formas de exercer o governo (Souza, 1999, p. 113).

Para os portugueses nas Cortes em Lisboa, esse movimento de reorganização com os representantes das colônias seria uma alternativa para remediar a possível ameaça de um rompimento. Porém, mesmo com a iniciativa dos representantes de Lisboa em integrar os deputados brasileiros, em diversos momentos as discussões decisivas ocorriam sem a sua presença. Esta atitude acabou por revelar uma estratégia política nas votações, baseada no desprezo pela opinião dos adversários.

Ainda sobre essas discussões entre os portugueses e brasileiros nas cortes em Lisboa, Iara Lis Carvalho Souza (1999) mostra os detalhes e o sentimento nas reuniões,

A assembleia estava polarizada entre brasileiros e portugueses, dependendo dos seguintes critérios: o local de residência do indivíduo, onde seus negócios estavam radicados, sua naturalidade. No início da legislatura, encontram-se facilmente as expressões: portugueses dos dois lados do hemisfério, a grande família. Porque, de ambos os lados, ansiava-se pelo estabelecimento do projeto do império luso-brasileiro. À medida que se explicitam as dissensões e a possibilidade efetiva da ruptura do império, cada vez mais elas iam desaparecendo, desenhando-se a cisão entre brasileiros e portugueses. Havia casos de deputados brasileiros simpáticos à continuidade desta união sob um férreo pulso monárquico, como propunha o português Luís Paulino Pinto da França, radicado na Bahia e partidário do império luso-brasileiro, adversário ferrenho de Cipriano Barata. Do lado luso, os artistas mais liberais e os apegados ao projeto do grande império viram-se na obrigação de matizar a liberalização destas relações. De ambos os lados, no entanto, as Cortes foram compreendidas enquanto fórum legítimo e maior, uma espécie de tribunal do novo pacto a ser instituído entre Brasil e Portugal, buscando a construção do grande império projetado desde fins do século XVIII. Por isso, quando os deputados brasileiros, com vários subterfúgios, recusaram-se a assinar tal Constituição, demonstraram cabalmente o quão difícil era manter essa ligação (Souza, 1999, p.114).

É perceptível que os acordos não convergiam para o mesmo objetivo, mesmo entre os representantes que apoiavam a relação entre Portugal e Brasil. Nas ruas de Lisboa, o sentimento em relação ao rei e à Corte era de abandono, já que a antiga colônia na América estava a prosperar, enquanto os portugueses “legítimos” passavam por várias crises: crise política, pela

ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio que beneficiava o Brasil; e crise militar, consequência da presença de oficiais ingleses nos altos postos do exército e da preterição de oficiais portugueses nas promoções (Alexandre, 1993).

É nesse contexto, em conjunto com os acontecimentos em Pernambuco em 1817 e o sentimento antilusitano no Brasil, que a Revolução em Portugal será essencial para o processo de independência brasileira. A Revolução Portuguesa de 1820 apresentava aspectos contraditórios para os brasileiros, pois os seus agentes tinham como objetivo o fim do governo absolutista, retirando a figura do monarca como principal governante, considerado ultrapassado e opressivo. Além desse aspecto de descentralização do poder, havia também o interesse da burguesia lusa em retirar a influência dos ingleses e tornar o Brasil novamente subordinado a Portugal, como acontecia nos séculos anteriores (Alexandre, 1993).

Seguindo os movimentos da revolução iminente, os portugueses decidiram criar uma junta provisória em Lisboa, com o objetivo de conseguir a votação das Cortes em favor de uma constituição e o regresso do rei a Portugal. Esse movimento não esteve restrito aos portugueses residentes em Portugal. Vale ressaltar que, enquanto a revolução foi impulsionada por militares descontentes em Portugal, no Brasil também foram os militares os primeiros a mobilizarem-se, como em Belém e Salvador, com a rebelião das tropas a instituir as juntas governamentais. Já no Rio de Janeiro, houve manifestações populares e das tropas portuguesas, com o intuito de forçar o rei a reformular o ministério e a preparar as eleições indiretas para as Cortes.

A grande questão que pairava no Rio de Janeiro era a da ida ou não de D. João VI para Portugal. Nesse momento, entraram em cena dois grupos: as facções “portuguesa” e “brasileira”. Para os portugueses, o rei deveria voltar para Portugal, pois tinham como objetivo subordinar o Brasil à metrópole, já que eram formados por diplomatas, militares e comerciantes. Já a facção “brasileira”, formada principalmente por comerciantes das capitanias próximas à capital, via no retorno do rei o fim da liberdade comercial adquirida com a autonomia e o livre comércio.

Em abril de 1821, temendo perder o trono, o rei acabou por regressar a Lisboa. No Brasil, ficou como regente o seu filho, Pedro, futuro D. Pedro I. Nos meses seguintes, ocorreram no Brasil as eleições para as Cortes. Foram eleitos quase apenas representantes nascidos no Brasil, inclusive alguns defensores radicais e ex-radicais da independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado na Revolução de 1817. Entre os nomes eleitos estavam também

figuras como o Padre Feijó e Nicolau de Campos Vergueiro, políticos de relevo nos anos seguintes (Neves, 2011; Fausto, 2000, p. 131).

Esses acontecimentos antecederam o momento do processo de independência do Brasil. Nos meses finais de 1821, algumas medidas estabelecidas em Lisboa favoreceram esse percurso. Entre elas, destacam-se: a transferência das principais repartições instaladas no Brasil por D. João VI; o envio de novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco; e, o ponto mais sensível nesse processo, a determinação da Corte de Lisboa que obrigava o regresso do príncipe a Portugal. Perante isto, os deputados “brasileiros” organizaram-se para impedir o retorno do príncipe.

Na província do Maranhão, nesse contexto, a Revolução de 1821 provocou mudanças na organização provincial. Com a notícia da “adesão” à Revolução do Porto pelo Grão-Pará e Rio Negro e pela Bahia, e da derrubada de governos e instalação de juntas escolhidas pelos cidadãos, ampliou-se a possibilidade de participação na vida política. Segundo Marcelo Cheche Galves (2012), em São Luís a grande discussão centrava-se na permanência do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca ou na eleição de uma junta de governo, a ser decidida por eleições marcadas para 13 de abril de 1821 (Galves, 2012, p. 6).

Pinto da Fonseca, alguns dias depois, acabou por anunciar a “adesão” do Maranhão a esse novo sistema político, influenciado pela Revolução Liberal do Porto. É interessante perceber que as semanas seguintes foram marcadas por várias movimentações, como convocações, abaixo-assinados, prisões, deportações e mensagens afixadas em lugares públicos. Pinto da Fonseca passava por um momento de grande aflição com a sua situação no governo da província, já que a sua imagem estava ligada à da família real, devido às suas contribuições na carreira militar, que lhe haviam conferido o cargo de governador.

Os momentos que sucederam a Revolução do Porto, no Maranhão e no Brasil em geral, foram marcados pelo processo de independência, tanto na capital do Império como nas províncias do Norte, ainda que este tenha ocorrido de forma distinta em relação ao Rio de Janeiro.

As independências do Brasil: da capital para as províncias

A situação política relativa ao processo de independência do Brasil, entre os anos de 1821 e 1823, foi marcada por disputas em torno da adesão ao Império do Brasil, proclamado em 1822. A independência, protagonizada pelo imperador D. Pedro I no riacho do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, não foi recebida de forma uniforme nas províncias do Norte-Nordeste,

como aconteceu nas do Centro-Sul. As regiões do Norte-Nordeste, sobretudo os seus políticos e elites, mantinham contatos com Lisboa.

No Rio de Janeiro, como descreve Maria de Lourdes Lyra (2012), o imperador passou a ser reconhecido como o grande líder da nação. Com a aclamação do imperador em 12 de outubro de 1822, a capital do Império passou por grandes festividades pela fundação do novo Império brasileiro.

No início da formação do novo Império do Brasil, houve um intenso debate político na sua capital. Embora existisse um acordo geral de que o absolutismo monárquico não era desejável, para garantir o consentimento popular e a legitimidade do novo governo, as opiniões divergiam sobre como a soberania deveria ser exercida e o poder distribuído numa monarquia constitucional. Entre os principais protagonistas desse embate estavam políticos que já faziam parte do governo regencial de D. Pedro, como os irmãos Andrada (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos), além de José da Silva Lisboa, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Vasconcelos Drummond e Fernando Carneiro Leão, entre outros. Nesses debates, houve consenso sobre a necessidade de estabelecer mecanismos constitucionais que centralizasse a autoridade política nas mãos do governante para consolidar a fundação do Império.

Desde a aclamação do imperador (outubro de 1822), a população do Rio de Janeiro celebrou com entusiasmo as festividades que marcaram o início do Império constitucional. Essa multidão incluía servidores públicos, militares, comerciantes, ourives e artesãos, refletindo o apreço geral da sociedade pela figura do imperador. É interessante perceber que, como bem observa Lyra (2012), a população sentia afeto pois “D. Pedro transitava normalmente, a pé ou a cavalo, por becos e vielas da cidade”. Dessa forma, o imperador já havia criado um vínculo afetivo, sobretudo com a população próxima aos palácios da Corte (Lyra, 2012, p. 25).

Assim, os grupos políticos ligados à figura do imperador passaram a apoiar o imperador como a figura central do processo de emancipação política do império. De acordo com Lyra (2012), a população reconhecia o comprometimento e a dedicação do príncipe à causa da independência, alimentando a crença num império brasileiro vasto e poderoso. Além das comemorações públicas na capital, a imprensa teve um papel fundamental nesse processo. Segundo Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999), o período entre 1821 e 1822 destacou-se pelo crescimento do jornalismo, marcado pelo surgimento de inúmeros periódicos no Rio de Janeiro e noutras províncias, como a Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Esses jornais e panfletos difundiam uma cultura política liberal que ganhou ampla adesão, sobretudo nos espaços públicos da capital, contribuindo para a construção da independência. Portanto, a independência

do Brasil foi fruto da atuação de diversos grupos políticos, ligados ou não ao imperador, na formação de um império constitucional, tendo a intensa circulação de jornais na capital como ferramenta de mobilização (Basile, 1990).

O processo de independência vivenciado no Rio de Janeiro foi marcado por intensas disputas políticas entre diferentes grupos na Corte, conforme destacado por Basile (1990), tendo a imprensa desempenhado um papel crucial na difusão de notícias e panfletos pelas ruas (Neves, 1999). Nesse contexto, os principais agentes da independência incluíam políticos ligados à elite, redatores e sociedades secretas, como a Maçonaria. Após a ruptura com a Coroa portuguesa, o príncipe regente passou a ser reconhecido como o “Imperador Perpétuo da Nação”, consolidando-se como figura central para a libertação do povo e sendo alvo de louvor e celebração popular, conforme observa Maria de Lourdes Lyra (2012).

Assim como o Rio, Minas e São Paulo estavam na rota de adesão à nova conjuntura política que se instalava. A relação entre essas províncias estava mais relacionada com a questão comercial. Franchini Neto (2015) destaca que o sul mineiro se transformou num dos maiores abastecedores da Corte, estabelecendo-se um interesse material comum na região. A perda de importância da capital do Império ao longo de 1821-1822 seria uma ameaça sensível à organização do comércio na região. Assim,

Minas Gerais, assim como São Paulo, constituía o círculo expandido da Capital, e influenciando o Rio de Janeiro. A posição do Centro-Sul, especialmente do Rio de Janeiro, Capital ao mesmo tempo da Coroa portuguesa e do Reino do Brasil, entidade ligada à soberania da Coroa (e não a Lisboa), tornava difícil a composição com as visões portuguesas das Cortes, que pretendiam reunificar a direção do Império em Lisboa, deixando as demais cidades em situação hierarquicamente menor. Esse foi o elemento central de uma disputa política que se radicalizou, se transformou em propaganda (a ameaça de “recolonização”) e impulsionou a formação da oposição no Rio de Janeiro. Tudo isso ocorria no Rio de Janeiro, espalhando-se ao Centro-Sul, especialmente em São Paulo, ao passo que Minas ainda vacilava entre posições pró-Dom Pedro ou pró-Cortes (Franchini Neto, 2015, p.67)

Dentre as províncias do Centro-Sul, somente Minas Gerais esteve parcialmente a favor do processo de independência, uma situação que se tornaria marcante nos últimos anos do Primeiro Reinado (1822-1831).

No Rio de Janeiro, a independência foi marcada por disputas políticas internas no Parlamento entre políticos rivais. Já a relação do Norte-Nordeste com o Centro-Sul era muito diferente em termos de proximidade física, econômica e social com a Corte de Lisboa. Dessa

forma, os embates em torno da adesão caracterizaram-se pela violência e por disputas sangrentas.

Durante todo o século XVIII e início do século XIX, as colônias escravistas das Américas conseguiram a sua independência com o recrutamento de escravizados e a sua participação em lutas sangrentas e violentas contra os colonizadores. Essas disputas pela independência das colônias dos Estados Unidos, do Haiti e da América Espanhola também influenciaram as disputas pela independência nas províncias do Norte-Nordeste. No caso da Bahia, por exemplo, esse fenômeno ocorreu nas guerras contra as tropas portuguesas, como descreve Kraay (2002),

Houve recrutamento de escravos na Bahia, mas foi um esforço muito improvisado, que não foi ordenado nem regulado por decreto. Antes, o general francês nomeado pelo imperador Dom Pedro I para comandar as forças patriotas na Bahia, Pierre Labatut, recrutou e alistou escravos que foram confiscados de senhores-de-engenho portugueses ausentes. Embora Labatut solicitasse autorização formal para tal recrutamento da junta patriota o local, o Conselho Interino do Governo, ele não a recebeu, e pouco depois foi destituído do comando num golpe pacífico em maio de 1823 (por razões não ligadas diretamente ao seu empenho ao recrutamento de escravos (Kraay, 2002, p.110).

A situação militar do Rio de Janeiro era bem diferente da existente na Bahia nos primeiros meses de 1822. No Rio de Janeiro, havia um ambiente de grande desobediência às Cortes, de consolidação do governo de D. Pedro I, de expulsão das tropas portuguesas e de um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, no ministério do príncipe regente. Enquanto na Bahia, pela sua proximidade, como já mencionei, com as Cortes de Lisboa, havia a subordinação da junta de governo provisório a essas Cortes.

A Bahia intitulava-se uma província constitucional, mostrando desprezo pelo governo de D. Pedro I. Dessa forma, a província abrigava tropas do exército português, que possuíam um número de soldados e armamentos muito superior aos das tropas brasileiras no território. Sobre esse contexto, Luiz Henrique Dias Tavares (2005) afirma que as circunstâncias políticas, econômicas, administrativas e militares na Bahia eram muito específicas, em relação a outras províncias, como o Piauí, o Maranhão e o Pará. O autor destaca que as dificuldades que separavam as províncias dificultariam a sua integração na nova ordem imperial ao longo das lutas pela independência e nos momentos seguintes. Afinal, as experiências das províncias, em relação ao Rio de Janeiro, caracterizavam-se de forma diferente: “não é possível esquecer o trabalho escravo. Significava a presença de um sistema socioeconômico construído com sangue

e fiel ao longo de mais de três séculos naquela colônia de Portugal, o Brasil” (Tavares, 2005, p. 25).

Esse sentimento envolvia o poder do exército favorável às Cortes portuguesas, tornando a Bahia uma das províncias que apresentou maior dificuldade de incorporação ao Império de D. Pedro I. Além dessa dificuldade, outro aspecto reside na nomeação do tenente-coronel Inácio Luís Madeira de Melo para governador das Armas da província. Melo chegou à Bahia entre 1808 e 1814. Combatente em várias guerras, tornou-se cadete aos 16 anos e transformou-se num importante figura das forças militares portuguesas.

Em 1822, observando a desorganização do governo absolutista devido às atitudes tomadas na capital do Império, o tenente-coronel enviou uma carta ao rei D. João VI solicitando o envio de tropas portuguesas para a província, com a seguinte descrição, segundo Tavares (2005): “Se V.M. quer conservar esta parte da monarquia, precisa-se de mais tropas” (Tavares, 2005, p. 30).

Portanto, como relata Kraay, o processo de adesão à independência do Brasil na província da Bahia foi marcado por um percurso violento. Primeiramente, pelos acontecimentos ocorridos entre 16 e 21 de setembro de 1822, quando as tropas brasileiras foram massacradas pelo exército português de Madeira de Melo; e, em segundo lugar, pela participação popular a 2 de julho,

A mobilização de milhares e milhares de homens e mulheres de todas as classes e cores, necessária para fechar o cerco à capital baiana em 1822-1823, desmente a história de um processo de independência restrito ao âmbito da elite, do qual não participava o resto da sociedade. E a popularidade da festa do Dois de julho, que desde as décadas de 1820 e 1830 chamou a atenção de observadores brasileiros e estrangeiros pela sua natureza *sui generis*, indica que a “Independência da Bahia” (frase recorrente desde o século XIX), significava algo para amplos setores da população baiana (Kraay, 2023, p.2)

Kraay demonstra que esse processo de independência na província baiana está relacionado com a própria ação da sua população, razão pela qual, até aos dias de hoje, e ao contrário do que acontece no Maranhão, por exemplo, a data é muito comemorada na capital. Um aspecto interessante desse processo de independência do Brasil nas províncias do Norte é justamente a participação popular de escravizados, pobres e fazendeiros, como ocorreu no Maranhão, por exemplo.

A província do Maranhão integrou-se ao Império do Brasil a partir de 28 de julho de 1823. Esse processo de incorporação ao Império tornou-se demorado devido ao apoio da Junta Provisória, que, no dia 11 de abril de 1823, emitiu uma ordem de prisão a todos que

“resolvessem desobedecer à recomendação de manter lealdade ao sistema constitucional português” (Santos, 2023, p. 131).

Segundo Edyene Moraes dos Santos (2023), o “Grito do Ipiranga” foi recebido com apreensão nas províncias do Norte, bem como quanto à sua legitimidade. José Bonifácio, em 1822, chegou a enviar uma declaração em prol da independência para a província do Maranhão, visto que as ordens de juramentos foram ignoradas pela Junta Provisória, o que demonstrava discordância em relação à nova ordem política no Brasil. Diante da recusa do Maranhão em aderir à nova ordem imperial, o poder central optou por demonstrar sua força.

A partir de março de 1823, as tropas de D. Pedro I adentraram e formaram uma delegação expedicionária, começando pela Vila de Caxias. O Baixo Parnaíba e o Vale do Itapecuru foram invadidos pelo exército independentista, obrigando a rendição e adesão do comandante-geral de Itapecuru-Mirim, José Félix Pereira de Burgos, que aderiu mais por pressão do que por convicção à causa independentista. Com o cerco militar no interior da província, o objetivo passou a ser cercar a capital, o que prejudicava o abastecimento alimentar, dada a importância econômica do interior para a capital. Além do cerco por terra, por meio das forças expedicionárias, chegou, por mar, o navio *Pedro I*, comandado pelo almirante Cochrane, fator decisivo para a “adesão” da capital ao Império de D. Pedro I (Santos, 2023, p. 150).

Além das elites políticas e militares no processo de independência na província do Maranhão, houve, ainda, a participação de diversas camadas da sociedade da época, demonstrando que, dentro do território maranhense, mesmo sendo uma província com fortes ligações a Lisboa, havia um sentimento de revolta contra as forças de Portugal na província, assim como na província de Pernambuco. Segundo Mateus e Abrantes (2023), a luta pela independência no Maranhão partiu do sertão em direção à capital, São Luís, e contou com a participação de tropas das províncias do Piauí e do Ceará, que entraram e se reuniram com outras forças locais que aderiram à independência, formando o chamado “Exército Libertador”. Essas tropas protagonizaram muitas vitórias contra as forças oficiais fiéis à Coroa portuguesa, o que gerou medo nos “portugueses” na capital maranhense. Além dos grupos militares no exército libertador, os autores destacam a participação de “livres e escravizados, brancos, negros, indígenas, mestiços, fazendeiros, caboclos, vaqueiros, pequenos lavradores, enfim, diferentes grupos sociais e étnicos”, mostrando que o sentimento antilusitano estava presente em várias camadas da sociedade (Abrantes; Mateus, 2023, p. 24)

Logo após o fim da velha ordem colonial na província, nesses primeiros momentos de “adesão” do Maranhão, o ambiente foi marcado por grandes embates entre as elites regionais

pelo poder local. José Félix Pereira de Burgos, comandante-geral de Itapecuru-Mirim, “aderiu” à causa patriota e, com isso, instaurou uma junta provisória. Quase todos os integrantes da Junta pertenciam às influentes famílias Burgos e Belfort, o que configurou um cenário político organizado pelas elites da capital e pelas elites econômicas do Baixo Itapecuru (Assunção, 2003, p. 202).

Segundo Matthias Assunção (2003), esses primeiros momentos de organização da política na Capital foram protagonizados pelas disputas entre as três famílias pelo monopólio do poder regional e local, o que ficou conhecido como “A guerra dos 3 Bês”: as famílias Burgo, Bruce e Belfort, que tentavam monopolizar o poder na câmara, o “povo” e as forças armadas na capital (Assunção, 2003, p. 203). Nesse momento de disputas locais pelo poder e de organização do poder central nas províncias pelo imperador, o período foi marcado por diversas ações contra os “inimigos da nação”. No Maranhão, com o objetivo de retirar aqueles que ainda apoiavam a influência de Lisboa na província, foi estabelecido um documento de juramentos à nova ordem imperial, o que resultou na expulsão de várias pessoas acusadas de serem contra o novo regime, como observa Marcelo Cheche Galves (2011),

No Maranhão, à “adesão” se seguiu um longo e turbulento período de juramentos à Independência, marcado pela expulsão não apenas daqueles que se recusaram a fazê-lo, a exemplo do frei Nazaré, como também dos que tiveram sua fidelidade ao novo país posta em xeque pelas recorrentes acusações de “português” e “inimigo do Brasil” (Galves, 2011, p.106).

É interessante perceber que, à medida que a independência chegava às províncias do Norte, o clima tornava-se mais hostil, com expulsões e prisões daqueles que eram considerados inimigos da pátria. Esse contexto está ainda relacionado a um ambiente de disputas sangrentas que envolvia as camadas mais pobres da sociedade.

Durante os anos de 1822 a 1825, a movimentação política na província foi marcada pelas pressões relativas à independência do Brasil, pela reorganização política no Maranhão e pela construção da unidade política do novo Império (Bezerra, 2023, p. 175). Ou seja, nos primeiros anos, observa-se a reorganização política na capital. Com a Constituição instaurada em 1824 pelo imperador, assiste-se na capital da província a uma série de juramentos. Segundo Galves (2011), a partir de maio de 1824, a Câmara de São Luís assumiu a responsabilidade relacionada com o juramento à Constituição. O artigo 6.º da Constituição fazia a distinção entre “brasileiros” e “portugueses”, grupos que protagonizaram grandes embates nesses primeiros anos da independência em todo o território. “Os juramentos à Constituição tiveram início na

catedral de São Luís, em 13 de maio de 1824, e estenderam-se até aos primeiros meses de 1825” (Galves, 2011, p. 107).

Portanto, observa-se que a independência do Maranhão envolveu vários fatores sociais e políticos. O processo contou com a participação de diversas camadas da sociedade entre 1822 e 1823, tornando a província parte integrante do novo corpo político. Com a Constituição de 1824, houve, do ponto de vista legal, uma acomodação daqueles reconhecidos politicamente como “portugueses” à nova ordem, pois tornaram-se legalmente brasileiros. Contudo, a política praticada nas ruas ainda os identificava como “portugueses”, razão para um tenso processo de incorporação, perceptível pelo menos até ao início da década de 1830.

CAPÍTULO 2. A IMPRENSA NO MARANHÃO EM TEMPOS DE REORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo, apresenta-se um breve apanhado da história da imprensa no Brasil, com destaque para os conflitos políticos em torno da circulação dos primeiros impressos. Logo a seguir, um apanhado narrativo, baseado em bibliografia de referência, com foco no Maranhão, pode ser lido.

A imprensa periódica surgiu na Europa no século XVII, tendo chegado às Américas Espanhola e Inglesa apenas no século XVIII. Na América Espanhola, e sobretudo no Brasil, a imprensa periódica, através da tipografia, emerge com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 (Morel, 2008, p. 23)

O início da imprensa periódica no Brasil coincidiu com o processo de modernização da capital. Porém, vale ressaltar que há registros de várias obras escritas por autores nascidos no território brasileiro. Segundo Marco Morel (2008), “antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras, mais impressos anônimos, relatando festejos, acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos” – documentos que tratavam de assuntos variados, como “narrativas históricas, poesias, agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas” (Morel, 2008, p. 24).

Como comentado no capítulo anterior, a imprensa foi oficialmente implantada no Brasil em 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. A transferência para a colônia gerou uma série de transformações na estrutura social e econômica da nova capital da Corte portuguesa. Entre essas mudanças, João Armitage, autor inglês que viveu próximo aos eventos aqui citados, na sua obra *História do Brasil, desde a chegada real da família Bragança, 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*, descreve a chegada e as mudanças imediatas que a Corte promoveu da seguinte forma:

A esquadra portuguesa, composta por oito naus, quatro fragatas, doze brigues, e alguns navios mercante, deu à vela de Tejo no dia 29 de novembro de 1807, acompanhada pela divisão inglesa comandada pelo Almirante Sir Sidney Smith. Durante a viagem foram dispersos os navios por uma tempestade, que obrigou a arribar na Bahia; seguiram depois para o Rio de Janeiro onde a Família Real chegou em 7 de março de 1808. Um decreto datado de 28 de janeiro já havia franqueado os portos do Brasil às nações estrangeiras, e em 21 de outubro do mesmo ano se organizou um Banco Nacional no Rio de Janeiro. Criaram-se logo os principais tribunais para a administração das finanças e da justiça; promulgou-se um decreto permitindo o livre exercício de toda a espécie de indústria; instituíram-se várias repartições de segunda ordem para regularizar o comércio e outros objetos; e finalmente estabeleceu-

se a Imprensa Régia. Fundaram-se uma academia militar, e outra de cirurgia; abriram-se ao público as portas da Biblioteca real, que continha 60 mil volumes (Armitage, 1837, p.9)

A imprensa surge neste processo de modernização do Rio de Janeiro, uma vez que a circulação de impressos já estava presente na Europa há dois séculos. O papel da imprensa, inicialmente, estava ligado à circulação de documentos da administração pública, como demonstra Melo (2003) ao citar Ipanema (1949), sendo a Imprensa Régia um local onde se imprimiam, exclusivamente, “toda a legislação, e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço” (Melo apud Ipanema, 1949, p. 53).

O primeiro periódico a circular na província foi o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de 10 de setembro de 1808, na Imprensa Régia, então recém-inaugurada na Corte do Novo Mundo, no território brasileiro. O periódico tinha como finalidade servir aos interesses da Coroa, publicizando os atos do governo (Araújo, Mattos, 2012, p. 169).

Inicialmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi redigida por Frei Tibúrcio Rocha, que acabou por deixar o cargo quatro anos depois, após a morte de Rodrigo de Sousa Coutinho, o responsável pelo periódico. Entre 1812 e 1821, a *Gazeta* foi chefiada pelo redator Manuel F. de Araújo Guimarães. Nesse mesmo período (1808-1821), segundo Araújo e Mattos (2021), “a existência de periódicos publicados no Brasil ficou restrita às impressões da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Idade D'Ouro do Brasil*, este último publicado na Bahia, em janeiro de 1811, sob a tutela de D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos” (Araújo, Mattos, 2021, p. 169).

O jornal *Idade D'Ouro do Brasil* (Bahia) circulou entre 1811 e 1823, foi propriedade de Manoel Antônio da Silva Serva e teve vários redatores durante a sua circulação. O periódico trazia notícias internacionais e sobre o comércio da cidade, da vida quotidiana, festejos, ciências e artes. Com o movimento liberal em Portugal, em 1821, o jornal passou a adotar uma posição de defesa das “modernas liberdades”, mas não sobreviveu ao processo de independência na Bahia. O jornal *O Patriota* circulou entre 1813 e 1814, na Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, e abriu espaço para a vida intelectual luso-brasileira, tornando o Brasil um centro da nação portuguesa. O periódico estava voltado para a divulgação das ciências e das letras (Morel, 2008, p. 32).

Além dos periódicos da tipografia do Rio de Janeiro e da Bahia (independente), circulou no território o *Correio Braziliense*, editado em Londres, cujos primeiros exemplares já circulavam no Brasil em 1808. O periódico, editado pelo brasileiro Hipólito da Costa, conclamava os leitores nas suas páginas “a abrirem suas portas ao esclarecimento, às luzes do conhecimento e às luzes do conhecimento” (Ribeiro, 2004, p. 35). Lavina Madeira Ribeiro

(2004) demonstra as diferenças entre os dois jornais que circularam no Brasil no início da Imprensa Régia, destacando uma característica muito presente nos periódicos que viriam a circular a partir da Revolução Liberal do Porto (1821), já adotada pelo redator do *Correio Braziliense*. A *Gazeta do Rio de Janeiro* servia como um jornal de cunho informativo sobre os feitos da Coroa. Antes de circular, o conteúdo passava pelos censores da Corte, podendo veicular questões voltadas à administração e notícias da Corte. Já o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, designação utilizada por Hipólito da Costa, é descrito pela autora como o “primeiro periódico a discutir publicamente questões até então particulares do Estado português”, ancorado em premissas e procedimentos próprios da racionalidade comunicativa, como a liberdade individual de expressão e a igualdade de condições dos integrantes do seu público (Ribeiro 2004, p. 39).

Hipólito da Costa, através das publicações do *Correio Braziliense*, introduziu uma forma de articulação de ideias que se opunha ao sistema político e informacional vigente: a liberdade de expressão, abrindo assim caminho para o conceito de “opinião pública”.¹

A imprensa enquanto formadora da opinião pública

Com o surgimento da imprensa periódica no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, emerge a chamada opinião pública que, segundo Marco Morel (2008), “remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na constituição de espaços públicos e de nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII”. Ou seja, uma visão que permitia a formação de uma consciência política na esfera pública. Mesmo numa sociedade absolutista, havia um público letrado que, através do uso público da razão, se articula para construir leis morais, abstratas e gerais (Morel, 2008, p. 33).

Os periódicos impressos tornaram-se um palco para essas manifestações de ideias no período. Nos anos que antecederam a independência do Brasil, poucos impressos se articularam a esse sistema de divulgação de ideias. A opinião pública estava atrelada ao ideal de liberdade de expressão, um princípio que fazia parte da proposta do jornal de Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense*.

Morel (2008) identifica dois sentidos fundamentais para o que constituía a “opinião pública”: o de “rainha do mundo” e um sentido mais jacobino e revolucionário. O primeiro

¹ Hipólito da Costa nasceu no sul do País, às margens do Prata, estudou leis e filosofia em Coimbra e, em 1798, embarcou para o México e Filadélfia, onde encontrou as bases do seu discurso jornalístico liberal e progressista (Ribeiro, 2004, p.37).

relacionava a opinião pública ao fruto dos grandes sábios ilustrados e das enciclopédias, como sinônimo da soberania da razão. O segundo, de cariz jacobino e revolucionário, associava-a ao resultado da vontade da maioria de um povo, expresso através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, estando vinculado à ideia de democracia direta (Morel, 2008, p. 33-34).

O momento crucial para a implementação da opinião pública no país ocorreu apenas em 1820, com o estabelecimento da liberdade de imprensa em setembro deste ano. Contudo, foi somente a partir de 1821 que se iniciou uma nova fase para a imprensa no Brasil, com a implementação de tipografias noutras províncias do Império, como Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais (Araújo, Mattos, 2021, p. 169).

Em 13 de outubro de 1820, D. João VI autorizou a circulação de impressos portugueses fora de Portugal, o que possibilitou a troca de ideias entre redatores portugueses e brasileiros no período. Em 1821, com a criação da Junta de Governo Revolucionário em Portugal, o rei viu o seu poder dividido. Em consequência, decretou a 2 de março de 1821 a suspensão provisória da censura prévia para a imprensa em geral, uma decisão tardia, face à circulação já incontornável de impressos no Brasil. A partir daí, instaurou-se a liberdade de imprensa no Brasil, que, no entanto, ainda enfrentaria diversos desafios no futuro.

Nesses anos de afirmação da opinião pública e da liberdade de imprensa e, consequentemente, de liberdade e difusão de ideias, surge uma modalidade de propagação de ideias por meio daquilo que Morel designa de “o redator panfletário”. Estes serão fruto desse momento de revoluções na Europa e dos processos de independência nas Américas, cujas características estão relacionadas com esse espírito revolucionário, materializado na criação de livros e impressos imediatos de apoio ou oposição a determinados grupos da sociedade (Morel, 2008, p. 35). Ou seja, a manifestação de ideias públicas por meio de panfletos.

Este “novo homem” possui um perfil intelectual repartido em duas grandes tendências: uma, relacionada com um heterogêneo conjunto de escritores patriotas e liberais; a outra, com os amantes da república das letras. São agentes oriundos desse novo momento de revoluções e sentimentos de liberdade, designados por redatores e gazeteiros. Este estilo de difusão de ideias, o panfleto, possibilitou a propagação de ideias de todos os lados. O panfleto permitiu a divulgação de ideias por qualquer indivíduo letrado, bem como o seu alcance a grupos socialmente não privilegiados, dado o seu preço acessível a quem o quisesse comprar.

O estilo panfletário permaneceu no país até meados do século XX. Isto deveu-se à sua forma eficaz de propagação, caracterizada por Morel da seguinte forma: a panfletagem possuía

“capacidade de convencer e atacar, espírito moda e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstâncias, uma visão de mundo geral e definida” (Morel, 2008, p. 37). Ou seja, foi um estilo que possibilitou a discussão de ideias em praça pública, o que, possivelmente, alimentou o sentimento antilusitano em prol da independência

Estes novos agentes culturais e sociais, os redatores, baseados nas tipografias e nas rotas de comércio como espaços de difusão cultural e sociabilidade, tiveram um papel fundamental na formação da nação brasileira, como veremos adiante. Com a criação de tipografias nas províncias, diversos periódicos começaram a surgir na esfera pública, tanto na capital do Império como nas demais províncias, acompanhados pelo aparecimento de figuras importantes no cenário político imperial. Tais como:

O conservador e erudito José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), redator de vários folhetos; Evaristo da Veiga e sua influente *Aurora Fluminense* (1827-1839), que se tornara o principal crítico do governo de D. Pedro I e apoiador das regências, formando opiniões, com grande representação no cenário nacional; o republicano Antonio Borges da Fonseca com vários títulos, como *o Republico*, criador de uma ortografia ortofonia bem particular que almejava a formulação de uma língua nacional; o neo jacobino Ezequiel Corrêa dos Santos e seu *Nova Luz Brasileira* pregando a reforma agrária; o lendário carmelita frei Joaquim do Amor Divino Caneca e seu *Typhis Pernambucano*, que custaria a vida de seu redator; *O Revérbero Constitucional Fluminense*, do incansável e onipresente cônego Januário da Cunha Barbosa e do maçom Joaquim Gonçalves Ledo, com decisiva atuação na Independência, em 1822; *O Observador Constitucional*, em São Paulo, 1829, do italiano Libero Badaró, assassinado no ano seguinte devido sua atuação no Jornal (Morel, 2008, p.40).

A lista de nomes torna-se mais extensa com o aparecimento de personagens nas províncias. Dentre os jornais que surgiram na capital, é ainda possível identificar títulos importantes nas províncias, como: *O Conciliador do Maranhão* (1821); *O Paraense* (1822); *O Compilador Mineiro* (1823); *Diário do Governo do Ceará* (1824); *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte* (1826); *Farol Paulistano* (1827); *Diário de Porto Alegre* (1827). Desta forma, é possível perceber a formação e difusão de ideias em quase todas as províncias do Império. Este momento, atrelado à Revolução do Porto (1821) e à Independência do Brasil (1822), possibilitou a discussão em torno da formação de uma memória nacional.

É interessante salientar que o período pós-independência possibilitou a organização de vários grupos, agremiações e associações, que protagonizaram disputas em todo o território. Inicialmente, estas centravam-se no desligamento das Cortes de Portugal, no início da década de 1820, evoluindo depois para o acirramento contra a figura de D. Pedro I no final do Primeiro

Reinado. Essas disputas em torno da opinião pública se tornaram mais fervorosas no período das Regências, com a criação e formação de vários grupos revolucionários durante as chamadas guerras regenciais.

A imprensa maranhense no pós-independência

O surgimento de periódicos nas províncias ocorreu a partir do momento em que a censura régia é retirada, o que possibilitou a criação de novos jornais e de novos agentes formadores de ideias, bem como o estabelecimento de tipografias em várias províncias, como Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais. Desta forma, com o advento dos redatores panfletários e a circulação de outras formas de literatura – como livros, folhetos e panfletos –, os jornais começaram a surgir nas províncias do Norte.

No Maranhão, a história da imprensa periódica inicia-se no final de 1821, com a chegada da primeira tipografia da província de São Luís. Pouco depois, a 10 de novembro do mesmo ano, é produzida a primeira edição impressa do jornal *O Conciliador do Maranhão*, que já circulava desde abril de forma manuscrita. Sobre a sua periodicidade, Galves (2015) informa que “era publicado duas vezes por semana, com volume de quatro a oito páginas, além de suplementos e folhas cobrados separadamente” (Galves, 2015, p. 135-136).

Dentre os redatores, um dos mais importantes foi José Antonio da Cruz Ferreiro Tezo, conhecido como *Tezinho*. Esteve em grande atividade durante o período em que residiu em São Luís, acumulando funções religiosas, jornalísticas e mercantis, sendo proprietário de um botequim, uma casa de bilhar e uma botica, onde vendia as edições do jornal (Galves, 2015, p. 136). O jornal “português” permaneceu em atividade entre 1821 e 1823.² O periódico protagonizou o início da propagação de ideias políticas na imprensa maranhense e estaria vinculado ao receio de Pinto da Fonseca de perder o governo do Maranhão após a Revolução do Porto.

Segundo Galves, Basílio e Pinto (2019), o jornal *O Conciliador do Maranhão* surge de forma manuscrita com o objetivo de explicar aos leitores os riscos que uma junta de governo inexperiente poderia trazer às suas famílias e propriedades. Destaca-se que essa junta provisória estava nos planos dos deputados maranhenses, face a este novo ideal de governo decorrente da revolução. Contrapondo essas ideias, o jornal defendia a permanência de Pinto da Fonseca no cargo de Governador da Província do Maranhão. Nesse mesmo período, vários cidadãos foram

² O *Conciliador do Maranhão* passou a ser designado apenas por *Conciliador* a partir da edição n.º 77, de 6 de abril de 1822, “sugerindo a autoatribuição de uma missão política mais ampla”, como informa Galves (2015, p. 136).

presos ou enviados para Portugal, alguns denunciando a situação política na província (Galves; Basílio; Pinto, 2019, p. 101).

Nesses anos próximos ao processo de independência no Maranhão, Pinto da Fonseca foi denunciado na Corte portuguesa por um dos que fugiram da repressão, como o advogado Manoel Paixão dos Santos Zacheo. Este publicou folhetos numa tipografia portuguesa, apresentando denúncias contra Pinto da Fonseca e outros desembargadores, acusados de instrumentalizar a justiça em seu favor (Galves; Basílio; Pinto, 2019, p. 102; Costa, Galves, 2011).

A instalação da tipografia marcou um momento de grandes embates políticos na província do Maranhão. Quanto à utilização do jornal *O Conciliador* para a propagação de ideias políticas, vários cidadãos enviaram um abaixo-assinado às Cortes, denunciando o uso político da tipografia recém-inaugurada na província em 1821. Um fragmento desse protesto contra Pinto da Fonseca é comentado por Galves, Basílio e Pinto (2019), que transcreve o seguinte:

Tão pródigo é este governador pelos fundos públicos e ávido de lisonja, que tem feito pagar 50\$000 por mês a Antonio Marques Costa Soares, um dos redatores ostensivos deste objeto periódico, além de ter criado Oficial Maior da Secretaria do Governo com ordenado, logo que se fechou o Teatro desta cidade, no qual era tradutor e ao mesmo tempo ensaiador dos cômicos, e tudo em remuneração aos nauseantes elogios, e hinos a este general, que fez representar e cantar no dito Teatro, depois do dia 6 de abril, enquanto aberto, e pela adulações publicadas no mencionado periódico. Também o criou o diretor da Imprensa ao Desembargador José Leandro da Silva e Sousa presidente e Lázaro da Silva Guimarães para Tesoureiro da Junta Administrativa que mandou vir, e mantém à custa da Fazenda Nacional com um dispêndio excessivo (Galves, Basílio, Pinto, 2019, p.103-104).

Cabe salientar que a tipografia da província não estava disponível para todos os que desejam publicar, estando o seu uso reservado a alguns. Este privilégio, concedido ao periódico “português”, confirma a denúncia do falecimento do governador. Estes acontecimentos chegaram às páginas do jornal de Hipólito da Costa, e é através do *Conciliador* que a notícia da Revolução do Porto chegará à província.

Em 1823, com o processo de independência e a “adesão” do Maranhão, o cenário na província sofreu grandes transformações políticas e no âmbito da imprensa pós-independência. Durante esta reorganização política, a tipografia permaneceu encerrada de 1823 a 1825. Nesse período, o Maranhão será governado por duas juntas de governo provisório, encabeçadas por Miguel Inácio Bruce e Freire (Assunção, 2005). Esta fase caracteriza-se pela expulsão daqueles designados como “inimigos da pátria” ou “portugueses”, associados a quem mantinha laços

com Lisboa.

Sendo considerado um “jornal português”, *O Conciliador* e os seus redatores acabaram por ser expulsos, deixando a tipografia da província sem administração. Desta forma, a atividade tipográfica no Maranhão permanecerá inativa durante este processo de reorganização política.

Durante esse período, circulou apenas o jornal *Gazeta Extraordinária*, pois tratava-se de um periódico cuja função era a divulgação de decretos e informativos sobre a organização e os feitos oficiais na província. Assim, para além da *Gazeta*, o período foi marcado pela ausência de outros periódicos.

É somente em 1825, com a chegada de Pedro José da Costa Barros para governar a província, que a atividade tipográfica começa a ganhar novo fôlego, com o surgimento de novos jornais como *O Amigo do Homem*, *Bandurra*, *Minerva* e *O Farol Maranhense*, durante o Primeiro Reinado. Diante deste contexto de reorganização sob a liderança de Costa Barros, os embates entre “portugueses” e “brasileiros” irão protagonizar-se na imprensa e nas disputas por cargos públicos, uma vez que Costa Barros reintegra os que haviam sido expulsos em 1823, detalhes estes que serão trabalhados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 03. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA: AS COMEMORAÇÕES NOS JORNAIS LUDOVICENSES NO PRIMEIRO REINADO.

As comemorações na capital do Império

Os primeiros momentos da nova conjuntura política brasileira foram marcados por dois extremos, protagonizados pela população. De um lado, a população da capital do Império, o Rio de Janeiro, demonstrou grande afeição e felicidade, tendo D. Pedro I como seu “Defensor Perpétuo da Nação”. Esta era constituída por funcionários públicos, soldados, comerciantes, ourives e artesãos em geral, evidenciando o grande apreço pelo imperador. Maria de Lourdes Lyra (2012) relata que o príncipe, que se tornaria o “Defensor Perpétuo da Nação”, título articulado pelos políticos que o apoiavam, mantinha uma relação de afeto com a população da capital.

A afeição e respeito da população ao imperador tinha profunda relação com o cotidiano da Corte, pois D. Pedro transitava normalmente, a pé ou a cavalo, por becos e vielas da cidade, frequentando tabernas populares e visitando casas de famílias simples do povo. Esse aspecto, aliado ao meio cultural estruturado no embevecimento com a realeza e ao pensamento tradicional e dominante, que via o monarca como líder político e governante incontestável, protetor dos desvalidos e propiciador da paz social, deve ter exercido enorme influência na imediata adesão popular ao imperador e, conseqüentemente, ao projeto de fundação do Império do Brasil (Lyra, 2019, p.25).

Dessa forma, ainda segundo a autora, o povo reconhecia as demonstrações de dedicação do príncipe ao Império brasileiro. Assim, sobretudo na capital, o início do Império foi marcado por grandes comemorações por parte da elite, dentre políticos e militares, e pela própria imprensa, que teve um papel muito importante nesses primeiros anos da independência (Lyra, 2012).

Segundo Iara Lis Carvalho Souza (1999), os primeiros anos da chegada da família real até o fim do primeiro reinado, a corte gozava de grandes momentos de festividades para figuras importantes do Império, como festas que exaltavam figuras que expressavam a realeza, D. João VI, D. Maria Tereza e, posteriormente, D. Leopoldina. Além de eventos ligados à figuras da realeza, todo mês, no calendário, havia festas para homenagear santos religiosos (Souza, 1999, p.208). Dessa forma, com o processo de independência, o Rio de Janeiro, principalmente, abraçou esse momento da história brasileira, participando de momentos de festa ao imperador.

O processo de organização das festas para a realeza envolvia a ação direta de grupos influentes na sociedade, como a Igreja, a Câmara e os militares, possibilitando a interação com

grande parte da população. Outro ponto foi a utilização estratégica da Igreja nas festividades. A autora demonstra como santos e acontecimentos religiosos estavam ligados a ações do rei, como “a entrada de D. Pedro em São João del Rei se deu na Semana Santa; ou a aclamação de D. João, ocorrida no dia consagrado às Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim, intercambiam-se o sentido sacro e o político de uma comemoração”. Portanto, nas manifestações em torno da figura do imperador, o uso político e religioso estava muito presente nas festas cívicas, atingindo a elite política e militar e o povo religioso, transmitindo a sensação de um imperador poderoso com o apoio divino na sua liderança (Souza, 1999, p. 215). Quanto à forma prática como estes três poderes atuavam, a autora descreve-o da seguinte forma:

Convocava-se a presença constante dos vereadores, da igreja local, com sua hierarquia, principalmente na capital, onde convivem as paróquias, do bispado, a capela real e as irmandades. A remuneração dos padres era paga pelo Estado, atrelando ainda mais as duas instituições e, em certa medida, subordinando o pároco ao rei. Através da câmara, também os regimentos das tropas participavam ativamente dessas ocasiões, sob orientação de seus comandantes e nos desfiles. Não se pode deixar de mencionar a presença dos homens de ofício e suas corporações, que edificaram passarelas, erguiam obeliscos e monumentos, ensaiam e apresentavam bailados ou faziam os carros alegóricos (Souza, 1999, p.215).

É interessante perceber que as festividades recorriam sempre a imagens de personagens da Corte e da história do antigo regime, anteriores à independência. Assim, a Corte projetava na esfera pública uma construção da história do Brasil vinculada aos feitos dos grandes nomes do Império português. Cria-se, desta forma, uma narrativa da nação brasileira associada à história de Portugal, narrativa que observamos nas manchetes dos jornais que refletiam as disputas pela opinião pública durante todo o Primeiro Reinado. Dessa forma, Souza explica: “Repare-se que existia um uso dos aniversários reais no sentido de atribuir, nessas datas, uma importância à personagem real por meio de instituições criadas ou melhoradas, da distribuição de mercês, das festas públicas realizadas” (Souza, 1999, p. 217).

D. João VI, juntamente com a Corte e a elite, promovia grandes festas e comemorações em datas específicas, evocando santos e figuras importantes para o Império português. D. Pedro I não abandonou esse costume, organizando, em conjunto com a elite, políticos, Igreja e militares, festas e comemorações públicas na capital do Império. Havia uma preocupação, por parte dos organizadores, em estruturar a cidade com pontos específicos para que o povo pudesse observar o festejo. “Dias antes da festa, o bando avisava a ordem do cortejo, designando os que iam a pé e os que seguiam a cavalo, o que mostrava a eminência social de cada participante” (Souza, 1999, p. 228).

Diante desse momento, além das festas e manifestações nas praças públicas, iniciou-se a implementação de símbolos que demonstravam a unificação nacional, como o uso do verde e amarelo, o hino nacional, a nova bandeira e as armas do Brasil, entre outros, como destaca a autora que,

Houve uma rápida reorganização dos símbolos nacionais e uma preocupação em assegurar à pessoa de D. Pedro a capacidade de representar o Brasil. Circulavam pela corte, nas casas mais ricas, em meio à elite do país, xícaras, jarros, canecas, relógios de mesa, palpiteiros, leques que retratavam D. Pedro, em sua efígie, em geral de uniforme militar. Tais objetos de pequeno porte, em bronze, seda, cristal, porcelana inseriram-se no interior das residências e podiam aparecer aqui e acolá, nos salões, teatros, bailes, desfiles e cortejos, nas missas (Souza,1999, p.259).

Um fato interessante na construção da imagem do imperador no gigantesco território brasileiro foi o envio de quadros às províncias, permitindo que pessoas não visitadas por ele tivessem contacto com a imagem do novo governante que libertou o povo das “garras de Portugal”. Desta forma, observamos que os primeiros momentos simbólicos da construção da nação giraram em torno da imagem do imperador e de um passado comum partilhado por toda a população.

Porém, diante deste contexto que caracterizou a capital, o Rio de Janeiro, onde havia uma comoção generalizada em torno da imagem de um imperador que fora o príncipe querido da “vizinhança”, transmitindo segurança, amor e devoção ao país, temos outra realidade numa parte do território, sobretudo no Norte, envolvendo províncias como Pernambuco, Ceará, Pará, Bahia e Maranhão. Enquanto na capital a comoção já estava estabelecida e a população participava ativamente nas celebrações, nessas províncias do Norte observamos resistências ao movimento de independência, dado o sentimento antilusitano já enraizado entre as elites locais. Este processo de integração das províncias do Norte ao novo Império brasileiro ficou marcado pelas guerras da independência, como já vimos nos capítulos anteriores.

Segundo Hendrik Kraay (2001), com o intuito de organizar e estruturar a sociedade em torno da figura do imperador, a elite começou a instituir datas específicas para a população comemorar, iniciativa que visava criar uma narrativa comum que unisse o povo ao novo momento histórico e ao novo imperador do Brasil.

Da época colonial, o Brasil herdou uma viva tradição de comemorar os aniversários, casamentos e coroação dos monarcas e dos outros membros da família real com iluminações, para militares, fogos de artifícios e salvas de artilharia isso estejas que têm sido ultimamente muito estudado.” Qual o

processo político de independência, a partir de 1822, entrou em cena a possibilidade de festejar outros feriados nacionais. Em 1826, na primeira sessão do parlamento brasileiro, foram designados cinco feridos, quatro dos quais eram ligados diretamente a Dom Pedro I: um de Janeiro (a sua decisão de ficar no Brasil em 1822); 25 de março (o aniversário do Juramento brasileiro de 1824 a craseado constituição outorgada pelo imperador que antes fecharam a assembleia constituinte), sete de setembro (a data do grito do Ipiranga de Dom Pedro I/entre “independência ou Morte” em 1822, dia que os poucos venceu as outras datas e virou feriado nacional brasileiro) 12 de outubro (dia da aclamação de Dom Pedro I em 1822 e seu aniversário). O quinto feriado, 3 de maio, dia da abertura da primeira sessão do parlamento brasileiro em 1826, foi um aditamento de última hora pela câmara de deputados aos quatro feriados francamente monarcas aprovados pelo Senado (Kraay, 2001, p.05).

Ou seja, nesses primeiros momentos da independência do Brasil, foi necessário, no processo de reestruturação política da nação, criar ou ressuscitar datas importantes. Daí observarmos que a Câmara do Senado tentou estabelecer algumas dessas datas, como aquelas que Kraay cita. Estas estão diretamente ligadas a esse processo de estruturação de uma identidade nacional. Tanto que, segundo o autor, em outubro de 1831, após a abdicação de D. Pedro I, um decreto eliminou o 12 de outubro e acrescentou o 2 de dezembro, fazendo referência à remoção de D. Pedro I como agente político e trazendo à tona D. Pedro II, já que o 2 de dezembro simboliza o aniversário do príncipe regente, e acrescentou também o 7 de abril (Kraay, 2001, p. 5).

Diferentemente do Rio de Janeiro, às províncias do Norte tinham as suas próprias datas importantes, que simbolizavam a adesão ao Império brasileiro. Um caso de grande devoção à sua adesão foi o da Bahia, onde o 2 de julho, data da sua incorporação ao novo Império, se tornou amplamente comemorado em Salvador, com várias manifestações a rememorar a luta pela independência na província. O autor cita ainda algumas cerimônias realizadas em Salvador, onde se acrescentavam vários elementos ao anúncio da festa: um pregoeiro, acompanhado por membros da Câmara Municipal e por uma banda de música, percorria as ruas fantasiado, convidando os habitantes a participar nestas “atividades patrióticas legítimas”. Ou seja, promovia-se um apego especial a esta data, entendida como um marco no processo de independência provincial. O autor descreve ainda, nesse processo de ocupação das ruas na cidade, iluminações, galas no teatro, recitação de poesia e vivas ao imperador que continuaram durante várias noites após o Dois de Julho.

Para demonstrar a grandiosidade que o Dois de Julho representava na Bahia, Hendrik Kraay (2001) descreve como estas festas ocorriam:

Todos esses elementos das festas cívicas serviam para diversos fins. Juntava autoridade civis, militares e eclesiásticas em cerimônias públicas que afirmavam sua centralidade no aparato do estado, e associam-nas a monarquia e a nação. O desfile militar, dominado numericamente pela Guarda Nacional, a regime estava pública e visivelmente os cidadãos de uma forma ordeira. Essa era uma obrigação a que os guardas, nem a grande quantidade deles expressar o serviço ordinário, não podia faltar e o comandante superior tomou medidas para assegurar que nenhum faltasse ao desfile do dia 7 de setembro de 1841. "grande parada" mobilizou efetivos significativos: mais de 1600 homens no dia 2 de Dezembro de 1838 e 2180 (inclusive 139 músicos) 10 anos mais tarde, 1843, aguarda estreou o novo uniforme do 2 de dezembro e, mesmo no dia 7 de setembro de 1838 a recém reorganizada a guarda conseguiu apresentar dois batalhões "geralmente bem Fardados lusídios" (Kraay, 2001, p.69).

O ano de 1826 foi marcado por grandes comemorações, tanto na capital como nas províncias. Um fator muito interessante que caracterizava os discursos, a escolha das datas e a forma de destacar o imperador era a ênfase constante em transformar a luta pela independência numa ação comum, unindo a capital às províncias, como Kraay (2001) demonstrará através do exemplo da Bahia:

A ênfase constante sobre a necessidade de unidade de discurso oficial em torno das festas cívicas destaca tanto o fato de que não havia consenso contra o significado destas festividades, quanto à falta de unidade brasileira o baiana, duas identidades que se relacionavam de forma ambígua ponto disputas sobre a relação apropriada entre a Bahia e o governo Imperial no Rio de Janeiro durante os anos de 1820 e 1830 afetam as festas cívicas e de fato, o estabelecimento do 2 de julho Como feriado nacional pode ser interpretado como um esforço de igualar a luta pela independência na Bahia ao processo do Rio de Janeiro, simbolicamente garantindo a importância da Bahia no império a partir dos anos 1840, o conflito político- partidário começou a se fazer presente nas festas cívicas (Kraay, 2001, p.73).

Então, como podemos observar, os processos de memorização e rememoração estão intrinsecamente ligados às festas elaboradas pelas elites e políticos da época. O texto mostra uma série de tentativas de produzir um passado comum, uma narrativa em torno dessas datas, com o propósito de colocar a população numa situação de lealdade e gratidão.

Observamos que, durante o processo de reorganização política no Brasil pós-independência, entre 1820 e 1840, houve na Bahia uma série de ações articuladas pelo governo, tanto local como nacional. Instituições religiosas, militares e políticas articularam diversas manifestações que possibilitaram a interação com a população, incluindo os mais pobres, através de cortejos, monumentos nas ruas e da iluminação pública como ferramenta de influência da opinião pública. Da mesma forma, as pomposas festas no teatro, destinadas à elite

rica, com peças teatrais conceituadas vindas da Europa, atraíam a atenção de diversas camadas sociais.

Portanto, observamos que este processo de manifestação e comemoração, centrado em datas como o Dois de Julho e o Dois de Dezembro como símbolos nacionais, estava atrelado a estratégias conjuntas que visavam vincular a imagem do império a momentos de grande alegria coletiva.

As disputas pela memória na província do Maranhão

Na província do Maranhão, apesar de ter “aderido” à independência em 28 de julho de 1823, foi apenas em 1826, quatro anos após o Grito do Ipiranga, que se observou uma movimentação para comemorar a nova ordem política. Os preparativos para a festa de aclamação do imperador começaram então a agitar a província, especialmente na cidade de São Luís (Araújo, 2018, p. 14).

Por iniciativa do presidente Pedro José da Costa Barros, diversos órgãos do governo civil e militar aderiram às ordens para, em 1826, festejar o Aniversário Natalício do Imperador, a sua gloriosa e memorável aclamação e o reconhecimento da independência do Império. Entre as primeiras iniciativas de Costa Barros esteve a criação de uma galeria em frente ao Palácio do Governo, como forma de homenagear o imperador e assinalar o reconhecimento por parte de Portugal da independência do Brasil em 1825. Esse momento de celebração ao imperador foi registrado em um folheto chamado *A Fidelidade Maranhense*, de 1826, que traz o relato minucioso dos preparativos e dos festejos vivenciados na cidade de São Luís. No folheto, encontramos as instruções para a criação desta galeria idealizada por Costa Barros para homenagear o imperador da seguinte forma:

Esta galeria, construída de boas madeiras, é um retângulo, cujos lados maiores têm de comprimento trezentos e oitenta palmos, e os menores, que formam o topo, 50 palmos cada um. Os grandes lados, com o fundo indicado de cinquenta palmos, serão distribuídos, formando dois grandes corpos, divididos por uma grande escadaria central, que dava entrada a um vestíbulo descoberto, com quarenta e oito palmos de comprimento. Eleva-se o pavimento da Galeria sobre um sucedâneo que servia de pedestal às pilastras da ordem Dórica, de vinte e cinco palmos de altura, todas lastreadas, com molduras picadas, cópia das Termas de Diocleciano. Em cima delas corria o entablamento da mesma ordem, de gosto da Ordem Francesa chamada – de Napoleão – com a diferença de que, no friso da cimalha, no prumo de cada pilastra, em lugar de Tríglico, estava uma coroa de louro, e no centro as iniciais do Augusto Nome de S.M.I. cobertas com a coroa Imperial; e nos intervalos das pilastras, no lugar dos outros Triglifos, havia círculos que formam arabescos, com as seguintes legendas: 'Independência' e 'Fidelidade'. A frente da Galeria, pela parte do Norte, tinha nós dois corpos vinte e oito janelas, formadas em arco, de nove palmos de

abertura cada uma, e sobre elas lunetas fechadas com transparentes, nas quais se viam diferentes emblemas e legendas" (*A Fidelidade*..., 1826, p. 8-10).

É interessante observar o caráter conciliador entre portugueses e brasileiros, considerando que, em 1823, houve a expulsão de vários “portugueses” e, em 1825, estes regressaram ao cenário político maranhense. Sobre esta tentativa de produzir uma imagem de harmonia entre os habitantes da província, Roni Cesar Andrade de Araújo (2018) observa que, nos meses finais de 1826, o governo adotou uma postura de apaziguamento, com o intuito de inaugurar um novo momento para a província, integrando brasileiros nascidos no Brasil e os nascidos na Europa como um só povo. Isto demonstra a preocupação em legitimar a ação de trazer de volta aqueles que haviam sido expulsos em 1823, acusados de traição contra o Império do Brasil (Araújo, 2018, p. 14).

Portanto, podemos perceber um apelo a um passado vitorioso e igualitário, com o objetivo de constituir uma memória coletiva acerca da identidade nacional. Essa memória, envolvida na sua construção, é, segundo Márcia Motta (2014), a “memória nacional”, pensada como uma categoria de memória coletiva que se apresenta de forma mais expressiva, caracterizando-se por integrar todas as memórias numa narrativa unitária, ainda que não ocorra uma integração coletiva real. A “memória nacional” representa o momento de unificação e integração da memória de um povo, em busca de uma harmonia que escamoteia ou sublima o conflito (Motta, 2014, p. 184)

Para Ulpiano Bezerra de Menezes (1992, p. 7), “a memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos”. Assim, a construção dessa memória é fundamental para moldar uma sociedade.

Portanto, percebe-se que as comemorações, como vimos no folheto *A Fidelidade Maranhense*, articulam-se com o que Maria de Lourdes Viana Lyra (1995, p. 174) designa de “A memória do acontecimento fundador da nacionalidade”, que tem como objetivo evocar acontecimentos ligados a determinadas datas, como o 12 de outubro e o 7 de setembro.

O 7 de setembro não teve grande notoriedade no Maranhão nos primeiros anos da independência. Contudo, como relata Hendrik Kraay (2010, p. 54), no Rio de Janeiro a data foi motivo de vários debates entre 1823 e 1825, com o intuito de estabelecer como o marco inicial do novo regime, à semelhança do 12 de outubro.

Na primeira sessão do parlamento brasileiro, em 1826, houve vários debates sobre a importância relativa do 7 de setembro e do 12 de outubro. Alguns parlamentares reconheciam

o 7 de setembro como o dia da Independência, mas outros consideravam-no relativamente menos importante em comparação com o 12 de outubro.

Podemos observar que essas disputas nos espaços políticos estavam diretamente relacionadas com a construção dessa “memória nacional”, visto que havia a necessidade de tornar determinadas datas pontos de referência para guiar a nação rumo a um passado comum. Sobre a intencionalidade de construir essa memória através dessas datas, Kraay (2010) recupera a fala de parlamentares, após várias discussões acerca das datas a serem comemoradas pela população,

O visconde de Caravelas defendeu o 7 de setembro como 'o dia em que o Imperador quebrou as nossas prisões, as cadeias que nos ligavam a Portugal, em que declarou a independência, e foi seguido por todo o Brasil', recomendando fortemente também a manutenção do 25 de março. Na segunda leitura, a visão de Barbacena prevaleceu: 12 de outubro, explicou ele, 'encerra a particularidade de reunir os mais gloriosos fatos do Brasil'. Nazaré, que perdeu essa seção, lamentou, na terceira leitura, que seus colegas senadores 'mutilaram' o seu projeto de lei. Ao argumento de Barbacena, ele retrucou que um único feriado celebrando todos os atos de Pedro I seria uma 'mera ficção', e que muitos feriados eram necessários para que 'futuras gerações, ouvindo as salvas, vendo embandeiramentos e mais demonstrações de regozijo próprios de semelhantes dias, se lembrem dos gloriosos fatos que nele se passaram.' Apenas com muitas celebrações os brasileiros lembraram a história de sua nação, acrescentou Caravelas (agora apoiando Nazaré): 'Uma vez que poucos homens no Brasil leem livros de história e, ao contrário dos antigos, o Brasil não tinha monumentos públicos; por esta razão, eram essenciais os festivais a que a população pudesse assistir (Kraay, 2010, p.57).

Assim, podemos perceber que a consagração do 12 de outubro e do 7 de setembro está ligada a interesses políticos que visam sustentar uma ideia de nacionalidade comum, propondo momentos de comemoração com a intenção de refletir sobre o início da construção do novo regime instaurado pelos feitos do Imperador. Isso pode ser observado tanto nos primeiros anos da independência no Rio de Janeiro, com vários debates em favor do 7 de setembro como data que marcou a emancipação do Brasil, quanto no 12 de outubro, visto como o início da “libertação” do povo é celebrado no grande festejo organizado por Costa Barros no Maranhão em 1826.

Nos primeiros anos do pós-independência, o Maranhão enfrentou constantes agitações políticas, que refletiam as incertezas dos habitantes do Norte sobre o futuro. Segundo Araújo (2023, p. 103), as dificuldades de comunicação entre as províncias resultaram num desencontro

de informações, o que alimentou boatos e gerou um ambiente de desinformação, instabilidade e hesitação. Desta forma, o Maranhão pós-independência é marcado por momentos de desinformação em relação às outras províncias. Em 1825, segundo Araújo (2023), a província permanecia no mesmo cenário de desinformação,

Ainda sobre o Maranhão, agora em 1825, o cenário permanece o mesmo: as notícias nem sempre chegavam - por mais de uma vez, O Grito da Razão não tinha qualquer informação sobre o Maranhão - e, quando as tinha, ora noticiava paz, ora desordem. Um verdadeiro desencontro de informações. Foi assim que, em 15 de janeiro, ao relatar o estado de sossego em que se encontravam as províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande, Alagoas e Paraíba, destacou a ausência de informações sobre o Maranhão (Araújo, 2023, p. 103).

Entre 1823 e 1824, as atividades da Tipografia do Maranhão enfraqueceram e os seus principais redatores acabaram por deixar a província. Alguns antigos redatores do *Conciliador* abandonaram a província, e o presidente da junta que administrava a tipografia, José Leandro Silva Sousa, enfrentou momentos difíceis após o processo de “adesão” à independência, tendo a sua casa apedrejada. Nesse contexto, entre 4 e 14 de agosto de 1823, a tipografia imprimiu os primeiros números da *Gazeta Extraordinária*, contendo atas de juramento à independência e as primeiras determinações do almirante britânico L. Cochrane sobre a organização da Junta Provisória de Governo. A partir daí, poucos impressos foram localizados referentes aos últimos meses de 1823 e ao ano de 1824 (Galves, 2015, p. 255).

Em 1825, Pedro José da Costa Barros, um cearense que vivia no Rio de Janeiro, assumiu a presidência da província do Maranhão. Militar de carreira, Costa Barros estudou em Coimbra no final do século XVIII. Apesar da distância da sua província natal, manteve vínculos políticos sólidos, tendo sido deputado nas Cortes portuguesas (Galves, 2015, p. 328). A sua chegada marcou o retorno dos “portugueses” ao cenário político provincial. Tanto Pedro José da Costa Barros (1825-1828) como Manuel da Costa Pinto (1828-1829) exemplificam esse retorno ao poder, tanto na política como nos meios de comunicação, fortalecendo a “imprensa portuguesa” no debate público.

Entre 1825 e 1829, houve uma maior circulação de jornais ligados ao imperador e ao presidente Costa Barros. O primeiro jornal “português” a circular foi *O Amigo do Homem*, em 1825, editado por João Crispim, que possivelmente escreveu também o folheto *A Fidelidade Maranhense*, mostrando profundo apego aos ideais do Imperador D. Pedro e à Constituição do Império. Em dezembro de 1827, Crispim anunciou o encerramento de *O Amigo do Homem* e o lançamento do jornal *A Bandurra*, um periódico mensal com mais de 40 páginas (*O Amigo do*

Homem, n.º 51, 26 dez. 1827, p. 300). Outro jornal que circulou nesse período foi a *Minerva*, editada por David Fonseca Pinto, que buscava propagar ideias liberais e os princípios da monarquia constitucional. Durante esse período, observou-se um apelo a datas que, segundo esses “portugueses”, simbolizavam o triunfo do imperador, como o 12 de outubro e o 7 de setembro.

O 12 de outubro foi uma data amplamente comemorada nos primeiros anos do Império, aparecendo em diversos jornais que circularam no Maranhão entre 1826 e 1830. Por exemplo, *O Amigo do Homem* mencionou o festejo de 12 de outubro de 1826 na província:

Será presente a sua majestade o imperador quando voltar da província de S. Pedro o officio da camara da cidade de São Luís do Maranhão da data de novembro próximo passado em que expõe ter festejado solenemente no dia doze de outubro e nos dous dias seguintes o feliz reconhecimento da independência deste império, o aniversário nascimento e proclamação do mesmo augusto senhor, e a inauguração de sua effigie na sala das sessões da dita câmara (*O Amigo do Homem*, nº42/26-05-1827, p.1).

Há uma clara preocupação em produzir um lugar de memória relacionado à imagem do imperador. Segundo Pierre Nora (1993), o lugar de memória apresenta-se sob três aspectos: material, simbólico e funcional. É material pelo seu conteúdo arquivístico, funcional por garantir a cristalização da lembrança e a sua transmissão, e simbólico por caracterizar um acontecimento ou experiência vivida por um pequeno número de pessoas, mas que se torna significativa para a maioria. A criação da effigie na sala de sessões da Câmara demonstra a intenção de tornar a imagem do imperador visível e palpável, simbolizando uma história comum a todos os cidadãos da província (Nora, 1993, p. 22).

As comemorações do 7 de setembro começaram a aparecer nos jornais *A Bandurra* e *Minerva* a partir de 1828, sendo festejado como o dia do primeiro “viva” à independência. Segundo Hendrik Kraay (2010, p. 58), após discussões no Senado em 1826, o 12 de outubro, juntamente com o 7 de setembro, tornou-se uma data festiva em todo o território nacional. No Maranhão, até 1828, não há menções significativas ao dia da “adesão” da província, 28 de julho, ao Império de D. Pedro I. Em vez disso, há várias referências ao 12 de outubro, como vimos no folheto *A Fidelidade Maranhense*, que descreve uma festa organizada pelo presidente da província, autoridades religiosas e militares, para homenagear o imperador, celebrando o dia da sua proclamação e o seu aniversário.

No jornal *A Bandurra*, o 7 de setembro foi comemorado com um soneto de David da Fonseca Pinto, importante redator “português”, em 1827:

Maranhão, domingo 7 de setembro de 1828, aniversário do primeiro viva a independência do Brasil, alçado sobre o ypiranga, por nosso augusto imperador e defensor perpétuo, o senhor D. Pedro Iº, soneto.

Lá num dia em que' o Sol, o mais luminoso,/
As janelas abria do Oriente,/
O Pai dos Deuses, Júpiter potente,/
Dos Ceos à terra baixa pressuroso: /

Do Prata ao Amazonas Caudaloso/
Encontra c'um Gigante descontente/
Pesando sobre o colo a grave frente/
Curvada ao jugo d'um grilhão penoso: /

Quem és? Lhe brada o Nome, enternecido,/
Sou o Brasil, lhe diz, qu' outr'ora infante,/
Fui com duras cadêsoprimido: /

Mal que' o Nume o Brasil houve prestante,/
As cadeias quebrando enfurecido,/
Sobre as outras nações o fez possante.
(*A Bandura*, nº16, 14-08-1828, p.589).

A forma como o jornal retrata o imperador com características exageradas e transcendentais revela a clara intenção dos redatores “portugueses” de construir, no imaginário provincial, um passado vitorioso e grandioso para a nova conjuntura política da nação. A menção ao imperador como “defensor perpétuo” da nação e à extensão “do Prata ao Amazonas” como símbolo do seu poder reforça a sua imagem como figura central da emancipação nacional.

No jornal *Minerva*, nos anos de 1828 e 1829, haverá duas edições que enalteceram o 7 de setembro como o dia em que raiou o “sol da liberdade” no Brasil,

Maranhão, o dia 7 de setembro é hoje esse brilhante dia, aniversário do primeiro viva é sempre sagrada a independência deste império, entoado sobre o célebre piranga, pelo nosso excelso, e magnânimo imperador. Foi nesse dia que pela primeira vez raiarão, em nossos horizontes, os brilhantes raios da cara liberdade. O jugo lusitano, que havia três séculos que sobre nós pesava, acabou nesse dia e foi nesse dia que o melhor dos soberanos gravou naquela memorável serra o indelével padrão do seu patriotismo, lançando em nosso fértil terreno a abençoada semente da liberdade, que vegetou a frondosa semente da independência, da constituição e do império. O Redator (*Minerva*, nº 29, 07-09-1828, p.173-174).

Aqui podemos observar a preocupação em apresentar o momento simbolizado pelo 7 de setembro como um marco crucial, utilizando metáforas que o tornam extraordinário no imaginário da sociedade maranhense, como “o dia em que pela primeira vez raiarão, em nossos

horizontes, os brilhantes raios da cara liberdade”. Assim, observamos que essa imprensa retrata o momento como uma libertação geral, através de um discurso inclusivo. Isso demonstra o que Hobsbawm designa de “tradição inventada”, que se trata de “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; que implicam uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm, Ranger, 1997, p. 9).

Outro momento em que o 7 de setembro surge como data simbólica da libertação do jugo português é no discurso do deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, a 1 de janeiro,

Raiou de novo em nosso horizonte o dia 7 de Setembro, o grande dia, o dia do Brasil, o dia, que só por si forma o maior, e o mais eloquente elogio de V. M. I. Foi neste dia, que o afortunado Piranga ouviu da própria boca de V. M. I o mágico “Independência ou Morte”, e transmitido por ele em deliciosa repercussão ao Prata, e ao Amazonas, braquiaram com ruído as últimas algemas da recolonização, desabaram-se os corações brasileiros de uma opressão que os indignava[...]. A memória desse dia, que é também o dia de V. M. I., permanecerá enquanto os governos forem necessários ao objeto moral da sociedade, porque o interesse que dele resulta, interesse que é de todos os séculos, e de todos os climas, interesse que se incorpora na razão do tempo, brilha na razão inversa das distâncias, consiste nos princípios que ele proclama.

Seja-me agora lícito, senhor, exorbitar um pouco dos limites marcados a este voto de solenes felicitações que a câmara dos deputados nos mandou tributar a V. M. I. para dar desabafo ao entusiasmo, que em mim produz a convicção de nossa ventura, e exclamar projetistas inexperitos, que fostes arrastados pela delirante esperança de um melhoramento ideal, que pretenderam ofuscar o sol da regeneração, que assomou radioso no dia 7 de setembro de 1822, vede o vosso desengano! E por vossos delírios corre o sangue brasileiro! [...] Quiseste liberdade, liberdade alcançastes; quisestes independência, independência conseguistes; quisestes reconhecimento da soberania nacional, e tanto obtivestes. Brasileiros em geral, se o gênio que inspirou a declaração da independência brasileira [...] caminhei como o Brasil, ponde a vossa frente um Pedro, como o Brasil, sereis vitoriosos (Minerva, nº 45, 01-01-1829, p.310-14).

É interessante observar a necessidade, no discurso do deputado, de apresentar o grande momento da nação como fruto das decisões do imperador no Grito do Ipiranga, numa tentativa de construir a referência de um monarca sem o qual a liberdade e um futuro vitorioso teriam sido impossíveis. Outro ponto interessante é o uso do termo “recolonização”, evocando a luta do imperador contra a interferência portuguesa, que, segundo ele, teria livrado o Brasil de um passado de opressão. Assim, o 7 de setembro torna-se uma data crucial para exaltar o imperador como o grande “salvador” da nação, especialmente num contexto de crise em 1829, em parte devido às consequências da Guerra da Cisplatina (1825-1828). Como resultado, a imagem do imperador já não era a mesma. Maria de Lourdes Viana Lyra (1995) afirma que, em 1825, D.

Pedro deixará de receber o tratamento carinhoso de “nosso imperador”. Sobre esse momento, a autora comenta:

O crescente desprestígio do imperador poderia pôr em risco a continuidade da diretriz política que buscava realizar a grandeza do Estado imperial. Impunha-se, portanto, a recuperação de sua imagem positiva, ou seja, da imagem de um príncipe magnânimo, liberal e, sobretudo, resoluto na defesa constante dos interesses do Brasil. Cumpria recuperar o sendo expresso no seu título de “defensor perpétuo” e, precisamente nessa conjuntura adversa, começaram a surgir referências objetivas do Sete de Setembro como marco indiscutível da independência do Brasil (Lyra, 1995, p.194).

Portanto, o 7 de setembro começa a ganhar destaque com o propósito de reerguer a imagem do imperador. Nesse contexto, observamos uma mudança no foco das comemorações: a data da independência no Maranhão, tradicionalmente celebrada a 12 de outubro pelo presidente da província, começa a ser questionada. Nas páginas do *Farol Maranhense*, perguntar-se-á se ainda faz sentido recordar o 12 de outubro ou o 28 de julho como marco da emancipação dos maranhenses.

A 26 de dezembro de 1827, começou a circular o jornal “*O Farol Maranhense*”, redigido por José Cândido de Moraes e Silva, considerado uma das figuras principais da imprensa no Maranhão e no Brasil (Galves, Araujo, 2015, p. 87). O periódico é descrito como “o principal órgão de defesa das ideias liberais na província” (Leal, 1873, p. 105, apud Galves, Araújo, 2015, p. 86). *O Farol Maranhense* foi, até onde se sabe, o principal veículo a promover uma reflexão sobre o significado das comemorações na província.

O desgaste da imagem do imperador D. Pedro I, decorrente das guerras e das insatisfações do parlamento e da imprensa, permitiu que o 28 de julho fosse considerado o momento de emancipação do povo maranhense. Sobre esse desgaste, Marcello Otávio N. de C. Basile (1990) comenta:

Diante disto [dos conflitos], em dezembro o Brasil declarou guerra à Argentina, a qual se estendeu até 1828, trazendo consigo uma série de perturbações: em primeiro lugar, constitui mais uma alta carga aos cofres públicos já exauridos do país; em segundo lugar, praticamente interrompeu o abastecimento, e por consequência elevou em muito os preços, de gado bovino e muar do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; em terceiro lugar, exigiu um grande aumento do recrutamento militar, prática que era extremamente abominada pela população; e, por fim, em face das críticas e da resistência que isto gerou, recorreu o Governo, mais uma vez, à contratação de tropas mercenárias estrangeiras, a fim de complementar as forças nacionais. Para piorar, nada disto conseguiu evitar o fracasso brasileiro, sendo em outubro de 1828 implantado, com a mediação inglesa, a Banda Oriental do Uruguai, espécie de Estado tampão entre Brasil e Argentina (Basile, 1990, p.216).

A Guerra da Cisplatina trouxe vários problemas para a nação, o que atingiu diretamente a imagem do imperador. Ainda sobre os fatores que contribuíram para esse desgaste, o autor mostra que o parlamento, reaberto em 1826, entrou numa “queda de braço” com o monarca, que:

Desde o início, procurou estabelecer limites aos poderes autocráticos de dom Pedro, fiscalizar os atos do Governo e ter uma maior ingerência sobre as decisões do mesmo. Após conseguirem instituir a responsabilidade dos ministros, secretários e conselheiros de Estado (lei de 15 de outubro de 1827), os deputados irão, sempre que possível, convocar tais autoridades para prestar esclarecimentos sobre seus atos, e mesmo, em alguns casos, censurá-las, numa clara atitude de desafio a dom Pedro. A Câmara também afrontou o Imperador em diversas outras circunstâncias, ao rejeitar propostas cruciais para o Executivo, como a que fixava as forças armadas em 1827, em plena campanha da Cisplatina (Basile, 1990, p.217).

Assim, podemos ver que a imprensa “portuguesa”, entre 1825 e 1827, teve a missão de sustentar uma narrativa favorável à imagem do imperador, como demonstram os jornais *O Amigo do Homem*, *Minerva* e *A Bandurra*, atuantes na província do Maranhão. Porém, com a circulação de jornais considerados “brasileiros” a partir de 1827, o 12 de outubro – que marca esse protagonismo imperial – perdeu espaço para o 28 de julho, considerado então o momento decisivo no processo de emancipação política da província.

Em 1828, o 12 de outubro começou a ceder espaço ao 28 de julho enquanto data central de reflexão sobre a Proclamação da Independência na província, conforme se observa nas páginas d’*O Farol Maranhense*:

Passou o 28 do mês de Julho, dia Anniversario da Proclamação da Independência n’esta Provincia, sem ninguém o saber: Este dia, que nos traz à memória lembranças tão doces, passou-se sem que houvesse a menor demonstração de regozijo Público!! Sacudir o jugo Lusitano: ver-nos unidos aos nossos Irmãos, debaixo de um Governo Constitucional: protegidos pelo imortal defensor Perpétuo do Brasil, serão acaso objectos de tão pouca monta, que mereça a indiferença dos Bons Maranhenses? Ah! O Sr. Redactor, e assim se vai amortizando o patriotismo Maranhense?!!!(...) Seu Amigo Patrício, O Convalescente (*O Farol Maranhense*. n° 54/05-08-1828, p.242).

O pseudônimo “Patrício Convalescente” questiona a falta de reconhecimento do 28 de julho como a data em que o Maranhão se tornou independente de Portugal. Em 1829, não há menções ao 28 de julho como data comemorativa da independência maranhense. Em 1830, surgem algumas referências a essa data, na tentativa de demonstrar que ela tem a mesma, ou até maior, importância que o 12 de outubro como momento de emancipação dos maranhenses

no processo de “libertação da província”, como nesta publicação assinada pelo pseudônimo “Jovem Maranhense”:

Oferecemos aos Maranhenses os seguintes artigos, tanto em prosa como em verso, que nos enviaram dois filhos d’esta Província. Eles dizem respeito à memória do dia 28 de Julho, dia verdadeiramente majestoso para todos os amigos da pátria, da sua Independência e Liberdade! (...)
ARTIGO COMUNICADO DIA 28 DE JULHO SALVE DIA 28 DE Julho!
Dia Memorando nos fastos Maranhenses! DIA MAJESTOSO! GRANDE DIA! Dia finalmente BRASILEIRO!!! (...)Ao dia 28 de Julho Aniversário do Proclame da Independência desta Província Ondas d’azul transpondo, e d’ouro ufana / No apavorado Calebe pelo imenso / Líquido ethereo plaino, lá no Eoo/ Ao sol precede a graciosa aurora (...) Por um Jovem Maranhense (O Farol Maranhense, nº214. 28-07-1830, p 905-07).

Portanto, o 28 de julho será visto como a data que simboliza esse momento crucial para a província, ocupando o lugar do 12 de outubro como marco da “libertação” do povo maranhense face a Portugal. Assim, podemos observar que os impressos são fundamentais para entender a dinâmica política e as ideias que circularam num determinado período histórico, fornecendo ferramentas essenciais de análise ao historiador.

Desta forma, observa-se uma tentativa de associar determinadas datas e momentos à construção de uma narrativa que molda a consciência da população, demonstrando esse ideal de nação que, segundo Benedict Anderson (2008), se trata de uma comunidade política imaginada. Imaginada porque, mesmo sem que todos os seus membros se conheçam, eles mantêm na mente “uma imagem viva de comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 32).

Para demonstrar ou construir essa ideia de comunidade, serão utilizados mecanismos de demonstração de poder e afeto por parte dos agentes interessados em produzir esse ideal de nação. No caso do Brasil, nesse processo de reorganização política voltado para uma nova conjuntura de império independente, a elite, principalmente política, utilizará símbolos que promovam a imagem do imperador e, conseqüentemente, a nova ordem imperial instaurada, como a realização de festas cívicas. Estas aproveitam a movimentação da população e usam o discurso oficial para integrar as províncias que antes estavam alinhadas com Portugal, como bem relata Kraay (2001) a respeito da movimentação na Bahia,

Na Bahia os feriados adotados em 1826 não tinham o mesmo significado que tinham no Rio de Janeiro. Além de 8 de novembro, mais três datas ocorreram no feriado nacional na província. Na Ilha de Itaparica (do outro lado da Bahia frente a Salvador) patriotas comemoravam o dia 7 de janeiro em homenagem a derrota de uma tentativa de desembarque portuguesa em 1823 na segunda cidade da província, Cachoeira, palco do governo patriota em 1822, comemorase 25 de junho, o dia em que sua câmara municipal aclamou Pedro i como defensor Perpétua do Brasil em 1822, um passo chave que ligou a calça patriota

baiana ao Rio de Janeiro onde o monarca estava em caminho a ruptura final com Lisboa. Finalmente, na cidade de Salvador, comemorava-se a evacuação das tropas portuguesas no dia 2 de julho de 1823, no enorme festejo que ainda hoje é o principal feriado cívico na Bahia. As quatro datas baianas passaram por trajetórias bem distintas nos anos pós independência: 8 de novembro e sete de janeiro não passaram de festas locais, sensação oficial (Kraay, 2001, p.5).

Assim como na Bahia, o mesmo ocorreu noutras províncias, como no Maranhão, conforme demonstra o folheto *A Fidelidade Maranhense*, que exemplifica a forma como a elite política organizou momentos de grande comoção pública em torno da figura do imperador e do novo regime. Maria de Lourdes Viana Lyra (1995) defende que discutir e observar essas representações simbólicas da nacionalidade nos primeiros anos da história nacional pode fornecer elementos preciosos para a reflexão sobre esse processo histórico, ou seja, para compreender essa sociedade e a forma como foi construída ao longo dos anos.

Observa-se que muitos desses símbolos, ainda hoje utilizados como representação simbólica da nação, estão atrelados, como já comentado, ao que Hobsbawm (1997) designará de “tradição inventada”, relacionada com a utilização de elementos simbólicos (como quadros e imagens) e práticos (como as festas cívicas) que ocorreram durante a organização do Estado imperial. Esta tradição, segundo Hobsbawm (1997), está relacionada à criação de práticas formalizadas e estabelecidas como regras em determinados espaços. O caso brasileiro enquadra-se perfeitamente nestes termos, pois percebemos a consagração de determinadas datas e o esquecimento de outras que são cruciais para certas províncias, como o 28 de julho no Maranhão, que, como vimos, não obteve o mesmo reconhecimento.

Para pensarmos estes fenômenos ligados à criação de tradições e comunidades, precisamos de refletir sobre a relação entre história e memória, e como estes dois campos da existência humana se relacionam e de que forma podemos perceber, na história, principalmente nesse momento de construção da nação, a construção de uma memória sobre ela. Isto porque, segundo Pierre Nora (1993), estas duas categorias do conhecimento são distintas. O autor apresenta a relação entre memória e história da seguinte forma:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura e projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda

análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (Nora, 1993, p.9).

Nora (1993) demonstra que a memória está sujeita a manipulações e à construção de lembranças vagas. Desta forma, a história torna-se fundamental para compreender essas memórias construídas ao longo do tempo. Tomemos como exemplo a própria história da fundação do Império: durante muitos anos, uma historiografia oficial e tradicional apresentou uma soberania inquestionável do imperador desde os primeiros anos da independência. Esta visão tem sido revista por historiadores como Marcelo Cheche Galves, João Paulo Pimenta, Elizabeth Sousa Abrantes e vários outros, que têm estudado a independência tanto a nível nacional como nas províncias do Norte, como o Maranhão.

A história, enquanto ciência que busca entender o homem no tempo, e como bem demonstra Marc Bloch (2001) em *Apologia da História*, tem como papel compreender a construção da memória e a sua utilização ao longo do tempo. Trata-se de refletir: até que ponto podemos considerar que a independência foi igual para todos em 1822? No Rio de Janeiro, capital do Império, o reinado de D. Pedro I foi aceito com alegria. Mas nas províncias do Norte, que tinham um acesso mais direto a Lisboa, como foi recebida essa notícia? A história permite aceder a estes pontos de memória e entender como esse passado foi construído.

Segundo Michael Pollak (1992), a memória constrói-se a partir de dois elementos fundamentais. O primeiro é uma memória baseada em acontecimentos vividos pessoalmente, relacionada com a construção do indivíduo enquanto ser singular. O outro elemento são os acontecimentos que o autor designa de “vividos por tabela”, ou seja, experienciados pelas comunidades. Um detalhe interessante é observar que, em muitos casos, o indivíduo nem sequer participa diretamente nesses acontecimentos, gerando-se uma identificação por meio da vivência em determinados locais. É o que aconteceu durante muito tempo com a associação da independência “pacífica” da capital a todas as províncias do Norte, algo que, como já vimos, não corresponde à realidade, comprovada pelo fenómeno das “guerras da independência” que mobilizaram tropas na região contra os “inimigos da nação”.

Além dos acontecimentos, a memória também se constitui através de pessoas e personagens. A memória construída está relacionada com acontecimentos em determinados momentos históricos, mas também com os agentes que neles participaram. No caso brasileiro,

as comemorações em torno da independência estão simbolicamente ligadas à figura do imperador e, como vimos no Maranhão com a festa de 1826, também a figuras da história de Portugal, mencionadas no folheto *A Fidelidade Maranhense*. Esta foi uma tentativa de construir uma identidade nacional vinculada a um passado português “vitorioso”.

Pollak (1992) afirma que há ainda uma outra categoria de memória, a memória estruturada, que se insere no âmbito da memória coletiva, sendo organizada e fortemente estruturada do ponto de vista político. Este modelo está vinculado à formação de uma memória nacional com o objetivo de construir uma identidade nacional, que, segundo o autor, possui três elementos essenciais:

Há unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (Pollak, 1992, p. 204).

Assim, a formação de uma identidade nacional está diretamente vinculada à construção, e por vezes manipulação, de uma memória coletiva. Percebemos a utilização de vários mecanismos para esse fim nos primeiros anos da independência do Brasil: os discursos oficiais; os grupos políticos, vinculados ou não à figura do imperador; a imprensa, enquanto veículo de divulgação de ideias favoráveis ou contrárias à conjuntura política; e, por fim, a exploração de momentos de comoção nacional, criando símbolos em torno de datas que marcam rupturas e continuidades, como o 7 de setembro, o 12 de outubro e o 28 de julho durante o Primeiro Reinado.

CONCLUSÃO

Como foi destacado nos capítulos anteriores, o processo de independência do Brasil na província do Maranhão ocorreu através de disputas, tanto no campo social, com a participação de várias classes na expulsão do regime português, como no político, atravessando fases distintas. Uma delas foi a reorganização política após 1823, marcada pela exclusão de “portugueses” dos cargos públicos e por uma série de juramentos estipulados pela Constituição de 1824, promulgada pelo imperador D. Pedro I.

No Maranhão, a “adesão” foi conquistada a partir das disputas que envolveram as tropas de D. Pedro I, comandadas pelo almirante britânico L. Cochrane, e as tropas expedicionárias no interior da província, resultando na rendição das tropas de Portugal na província. Esse ambiente de reestruturação da política na capital da província foi protagonizado pelas disputas entre as elites de São Luís e do Baixo Itapecuru, impulsionadas pelas disputas entre as famílias mais influentes da região, as famílias Burgo, Bruce e Belfort, o que gerou o momento de formação das Juntas Provisórias, lideradas por Miguel Inácio Freire e Bruce.

Outro fator importante nesse período foi o papel da Imprensa, que possibilitou a propagação das ideias políticas para “o povo” e iniciou o processo de criação daquilo que Marco Morel vai chamar de “opinião pública”. É por meio da imprensa que haverá disputas entre os dois grupos políticos que atuaram durante o Primeiro Reinado, “portugueses” e “brasileiros”. É interessante perceber que a imprensa sempre esteve presente nos embates políticos, tanto na capital do Império quanto nas províncias mais distantes do Norte. No Maranhão, a imprensa periódica começou a partir de 1821, com a criação da tipografia na província e a circulação do jornal *O Conciliador do Maranhão*. Porém, com o processo de “adesão” à independência a partir de 1823, a tipografia suspende suas atividades, voltando somente em 1825.

Nos anos de 1825 e 1826, é possível observar um cenário de disputas entre dois grupos na esfera política e, conseqüentemente, nas páginas dos impressos do Primeiro Reinado: os chamados “portugueses” e “brasileiros”. Com o objetivo de demonstrar fidelidade ao imperador e produzir uma ideia de paz e tranquilidade na província, Costa Barros decidiu realizar um grande festejo para comemorar a aclamação e o aniversário do imperador, bem como o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Este evento, amplamente divulgado nos meses que o antecederam, contou com a participação de órgãos do governo, militares e personalidades religiosas, sendo marcado por discursos que saudavam um passado único e triunfante.

A pesquisa demonstra, a partir do estudo de caso do Maranhão, como os grupos que inicialmente se uniram na consolidação do projeto de independência, posteriormente, na construção do Estado, se distanciaram ao se agruparem em torno de projetos e bases ideológicas distintas, embora não necessariamente contraditórias.

O Maranhão, tal como as outras províncias do Norte (Bahia, Piauí, Pernambuco, Pará e Ceará), manteve uma trajetória autônoma desde os primeiros anos da independência, uma vez que a adesão ao governo de D. Pedro I ocorreu através de guerras e expulsões. Desta forma, a organização das comemorações na província desenvolveu-se de maneira independente em relação à capital.

O caso do Maranhão, tal como o do Piauí e o da Bahia, demonstra a importância de estudar os grupos de poder locais e a forma como os seus interesses convergem ou divergem dos interesses nacionais. Ou seja, nem tudo o que ocorria no Maranhão durante a consolidação dos símbolos nacionais era uma mera reprodução dos acontecimentos da Corte; os problemas locais também influenciavam os formatos e os ânimos das comemorações, mostrando a necessidade de considerar as independências e as particularidades das províncias distantes da capital.

Percebe-se também, através de um certo imprevisto local na ausência desses novos símbolos e datas, um descompasso entre o projeto vencedor, centrado no Rio de Janeiro, e as datas locais que poderiam destoar do calendário oficial da nova capital. Este imprevisto pode ser lido como resistência, como ficará claro com a chegada do novo presidente da província, Pedro José da Costa Barros. A sua administração possibilitou o início da imprensa “portuguesa” a partir de 1825, com jornais como *O Amigo do Homem*, *A Bandurra* e *Minerva*, que foram protagonistas nas menções ao 12 de outubro e ao 7 de setembro. Em contraste, a data de 28 de julho, que marca a “adesão” do Maranhão à independência, só começará a aparecer a partir de 1827, nas críticas publicadas pelo jornal *O Farol Maranhense*.

Observa-se que o processo de construção da ordem imperial na província do Maranhão passou por diversas fases. Primeiramente, a adesão à nova ordem foi protagonizada por diversas camadas sociais.

Em segundo lugar, com a adesão “concluída”, assistiu-se à expulsão dos agentes vinculados à Corte de Portugal em 1823-1824, tendo as atividades da tipografia maranhense sido suspensas nesse período.

Terceiro, o Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil, que reconheceu o Império, e a chegada de Costa Barros à presidência da província, permitiram a grande circulação da

imprensa “portuguesa”. Por fim, com a crise do Império e o surgimento da imprensa “brasileira”, através do *Farol Maranhense*, o 28 de julho passou a ser encarado como o momento fundador da independência provincial.

Mais ainda, percebe-se que ambos os grupos políticos, “portugueses” e “brasileiros”, tentaram construir aquilo que Maria de Lourdes Lyra designa de “a memória do acontecimento fundador da nacionalidade”, ou seja, um ideal de nação erguido sobre símbolos e acontecimentos selecionados, com o fim de forjar um passado comum para os indivíduos de um determinado território (Lyra, 1995, p. 174)

Por fim, outro aspecto interessante reside na ausência de referências a outros grupos sociais, o “povo”, nestes movimentos de comemoração. Tal pode dever-se tanto ao tipo de fonte utilizada, os jornais, como ao fato de que escravizados, brancos pobres, indígenas e outras minorias não possuíam o estatuto de cidadão numa sociedade onde o acesso à política era restrito.

Esse diagnóstico lança a possibilidade de mais pesquisas e da necessidade da consulta de outras tipologias documentais, com o objetivo de perceber se existiram circuitos alternativos de comemorações, observando o papel dos grupos locais, distantes da capital do império, em definirem os elementos dessa nova nacionalidade, e a participação popular de outros grupos nesse contexto. Ao fazê-lo, é possível entrar em contato com um rico conjunto de fontes sobre as dinâmicas locais na luta pelo poder durante o período regencial, e como esses embates não se referiam apenas ao controle do Estado, mas também da definição de uma memória oficial, de uma nova identidade a ser assumida por todos diante das mudanças políticas e institucionais que ocorriam.

O debate era mais amplo, pois escondia, por detrás de discursos oficiais, novos códigos morais e de comportamento, incidindo sobre direitos, deveres, cidadania, civismo e outras dimensões da vida “comum” que se desenhava. O problema final que aqui se coloca é qual a dimensão e o alcance da atuação das elites locais no Maranhão na definição de uma identidade local, atrelada à nacional, e como esse processo excluiu outros grupos sociais, em tempos de comemorações de símbolos que deveriam ser direcionados a todos.

REFERÊNCIAS

Documentos

Folheto

(A) FIDELIDADE maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. O Presidente Pedro José da Costa Barros foi à câmara da cidade. São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras

Jornais

A Bandurra - MA (1828)

O Amigo do Homem- MA (1825-1827)

O Farol Maranhense - MA (1827-1833)

Minerva - MA (1827-1829)

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a disseminação do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Roni César Andrade de et al. *Entre a província e a corte: brasileiros e portugueses no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)*. 2018. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Roni Cesar Andrade. “Quem não tremeu nesses dias de sangue e de luto?”: os conflitos políticos do Maranhão pós-independência e a disputa pela “verdade” na imprensa do Rio de Janeiro. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo; MATEUS, Y. G. A. S. (Org.). *A independência do Brasil nas províncias do Maranhão e Piauí*. São Luís: Editora UEMA, 2023. p. 101-130.

ARAÚJO, Roni Cesar Andrade; GALVES, Marcelo Cheche. A “questão portuguesa” na imprensa maranhense no final do Primeiro Reinado. *Revista Litteris*, n. 15, p. 79-99, 2015.

ARAÚJO, Roni César Andrade de; MATOS, Marcos Fábio Belo. Apresentação: imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, v. 18, n. 32, p. 169-175, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v18i32.855>

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1837.

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: Priore, Mary del e Gomes, Flávio (orgs). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, p. 217, 2003.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão (1822-27). In: JANCSÓ, Istvan (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 345-378.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 129-154.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- COSTA, Yuri Michael Pereira; GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA / Café e Lápis, 2011.
- MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.
- FRANCHINI NETO, Hélio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: imprensa e independência na província do Maranhão. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.
- GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes Carvalho. *Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2019.
- GALVES, Marcelo Cheche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 4, n. 1, p. 4-38, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-independência (1823-1850). *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 2, p. 63-90, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X002003003>
- KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, n. 11, p. 52-61, 2010.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-38.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. *Cadernos do CEOM*, v. 16, n. 17, p. 179-200, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2196>.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, v. 8, p. 1-17, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

SANTOS, Edyene Moraes dos. Elites, Famílias e o Processo de Independência no Maranhão. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo; MATEUS, Y. G. A. S. (Org.). *A independência do Brasil nas províncias do Maranhão e Piauí*. São Luís: Editora UEMA, 2023. p. 101-130.